

DUMELA



Número 1 - Ano 1

A IMPORTÂNCIA DAS NARRATIVAS

NA RECONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA E DA IDENTIDADE. UM ESPECIAL SOBRE O PRIMEIRO ANO DO NERA E OS 45 ANOS DO CURSO DE JORNALISMO E PUBLICIDADE E PROPAGANDA DO FIAM-FAAM

POR QUE OUVIR **RINCON SAPIÊNCIA**
POR QUE LER **JORNALISMO E EMANCIPAÇÃO**
POR QUE VER **CARA GENTE BRANCA**

A IMPORTÂNCIA DA
DIVERSIDADE RACIAL E DE
GÊNERO NAS REDAÇÕES



Foto do anúncio e da capa: Vitor Nogueira

DUMELA

ACREDITAR

CRER

TER FÉ

Palavra do idioma tsuana que significa acreditar, crer e ter fé. A tsuana é a língua original do país Botsuana, que está localizado na região sul do continente africano.

Foto da capa e foto ao lado: O Ticumbi também conhecido como o Baile do Congo é uma dança dramática que acontece no dia 31 de dezembro, na cidade de Conceição da Barra, norte do Espírito Santo, onde participam homens negros que encenam um combate gingado pela disputa por realizar a Festa de São Benedito.



Narrativas necessárias...

Maria Lúcia da Silva

É com muita emoção que escrevo o primeiro editorial da Dumela porque um projeto editorial novo é sempre um desafio para nós profissionais da comunicação, mas essa revista além de trazer em sua origem esses desafios técnicos, chega com objetivo de registrar as narrativas necessárias ao combate à invisibilidade dada aos profissionais negros no mundo do trabalho.

Já em sua primeira edição, a Dumela quer se apresentar a comunidade acadêmica do Complexo Educacional FMU/FIAM-FAAM como um veículo que chega para oportunizar narrativas que contribuam com o combate ao racismo, sexismo, misoginia e homofobia. E por isso convidamos a todos nossos alunos, professores e colaboradores a contribuir e praticar jornalismo social nesse veículo que é de todos. Acreditamos, cremos e temos fé de que a educação seja um dos caminhos para reverter o quadro de desigualdade social que assola a sociedade brasileira. E quando se opta por um modelo de educação inclusiva que acolhe pessoas que diariamente lidam com o preconceito, discriminação e invisibilidade, permitimos a essas pessoas um novo horizonte existencial, cultural e crítico; por meio da convivência TODOS temos uma compreensão atualizada do que seja a prática cidadã.

Planejar, desenhar e executar a Dumela foi enriquecido diariamente pela compreensão de muitos professores, alunos, Coordenação e Direção. Juntos sabemos do desafio que é incorporar um debate lúcido e científico de uma educação antirracista. E a criação do Núcleo de Estudos Étnico-Raciais (NERA)

é um marco importante de ação nesse conjunto de estratégias que a Instituição vem colocando em prática no sentido de esgotar princípios de exclusão no seio de sua comunidade.

A proposta e a execução da Dumela foi muito bem recebida pelas professoras Carla Tôzo e Edilaine Felix que abraçaram o projeto, além de incluir seus alunos e ex-alunos de suas disciplinas no curso de Jornalismo. A recepção positiva pelas professoras contagiou outros professores que se colocaram à disposição para contribuir como foi o caso de Beatriz Trezzi, Cláudia Nonato, Isadora Camargo, Fabíola Tapananoff, Fábila Gomes Silva, Marcelo Gabbay, Marcel Tomé, Nadini Lopes e Samara Brochado que contribuíram no “brainstorming” da Dumela. Para o projeto gráfico recorremos aos colegas do curso de Design Gráfico e, por meio da professora Karin Vecchiatti, conhecemos o professor Euclides (Crido) Santos e passamos a contar com ele e seus alunos no desenvolvimento da revista. Algumas fotos são contribuições dos egressos do curso de Fotografia como Black Sete, Gabriela Silva e Ingrid Guimarães que atuaram sob supervisão da professora Maria Cecília Carboni.

A foto de capa e da primeira página são doações do acervo do fotógrafo capixaba Vitor Nogueira que há mais de 20 anos registra as manifestações culturais que acontecem no Espírito Santo. As imagens referem-se ao Ticumbi, onde é contada a história da contenda entre o rei de Congo e o rei de Bamba, que disputam o direito de realizar a Festa de São Benedito, que acontece no mês de dezembro. Com essas imagens queremos informar aos

nossos leitores que fazer memória da cultura negra é um dos objetivos da Dumela, além de ser uma ação de resistência ao se fazer uma educação anti-racista. As fotos do projeto “Memórias, Identidades e Ofícios” foram realizadas pelo fotógrafo Eduardo Viné Boldt, professor dos Cursos de Comunicação e proponente do projeto de audiovisual que leva o mesmo nome.

Nessa edição estamos comemorando os 45 anos dos cursos de Jornalismo e de Publicidade e Propaganda e para tal realizamos uma grande reportagem com os professores que atuam há mais tempo nos cursos. Os coordenadores Vicente Darde, Edson Dias e Tereza Imperiale também falaram sobre a trajetória e futuro dos cursos, assim como a Diretora da Escola Professora Simone Maria Espinosa e a Magnífica Reitora Professora Sara Pedrini Martins que são unânimes em afirmar a importância dos núcleos na Instituição.

Essa edição que compartilhamos com você tem 60 páginas preparadas com carinho por toda a equipe e com embasamento na ideia de memória que aprendemos com Ecléia Bosi, na qual nos diz que a utilização da técnica/ metodologia da memória se fundamenta em oportunizar estreitos vínculos entre o pesquisador e os pesquisados, de modo a se formar entre nós uma comunidade de destino, porque somos ao mesmo tempo sujeito e objeto. Sujeito enquanto indagamos e objeto enquanto ouvimos e registramos, sendo como um instrumento que recebe e transmite lembranças. Nosso grande desafio então é aprender praticando educação para igualdade racial. Axé!

A Dumela é uma produção do Núcleo de Estudos Étnicos Raciais (Nera) composto pelos: **Professores:** Carla de Oliveira Tôzo, Cláudia Nonato, Claudio Sá, Edilaine Heleodoro Felix, Marcelo Gabbay e Maria Lúcia da Silva. **Alunos de Comunicação:** Caroline Queiroz, Edmar Sodré, Gabriela Borges, José França, Nicole Zaira Fraga e Thiele Nunes. **Alunos de Secretariado:** Elizabeth Barros e Júlia Costa. **Reitora:** Sara Pedrini Martins. **Diretora da Escola de Comunicação, Artes e Design:** Simone Maria Espinosa. **Coordenador do Curso de Jornalismo:** Vicente Darde. **Coordenador do Curso de Publicidade:** Edson Dias. **Diretora de Redação:** Carla de Oliveira Tôzo (MTB 033685 SP). **Editora Executiva:** Edilaine Heleodoro Felix (MTB 030438 SP). **Produção Executiva:** Maria Lúcia da Silva (MTB 0563 ES). **Editor de Arte:** Euclides dos Santos. **Designers:** Euclides dos Santos e Victor Hugo do Nascimento de Oliveira. **Colaboradores:** Amabilie Mendes, Beatriz Trezzi Vieira, Black Sete, Caroline Queiroz, Cláudia Nonato, Cristina dos Santos Anunciação, Eduardo Viné Boldt, Flávio Carrança, Gabriela Silva, Ingrid Guimarães, Isadora Camargo, Manuel Lopes Correa, Marcelo Gabbay, Márcia da Silva Leite, Márcio Macedo, Natalia Bae, Patricia Okamoto Santos, Piero Sbraglia, Stéphanie Grace de Jesus, Toni Farina.

Sumário

50

Ensaio

*Minhas memórias,
Minha identidade...*



Espaço Nera - *Um grupo para chamar de meu*



32

Personalidade

*Eu Sou um
Sobrevivente*

6 Por que ler

8 Por que ver

10 Por que ouvir

11 Espaço Discente

17 Espaço Docente

*A importância da
diversidade nas redações*

36 Desmistificando

*Você sabe o que é
macumba?*

41 Memória

*45 anos dos cursos de
Jornalismo e Publicidade
do FIAM-FAAM*

47 Diálogos

*Já ouvir falar em
Interculturalidade? O
geógrafo Rodolfo Chagas
explica pra você*

54 Precisamos falar

*SIM o racismo existe e
precisa URGENTEMENTE
ser erradicado
Conheça o Cojira*

58 Reflita

*20 de novembro:
celebrar ou refletir?!*
Artigo de Márcio Macedo

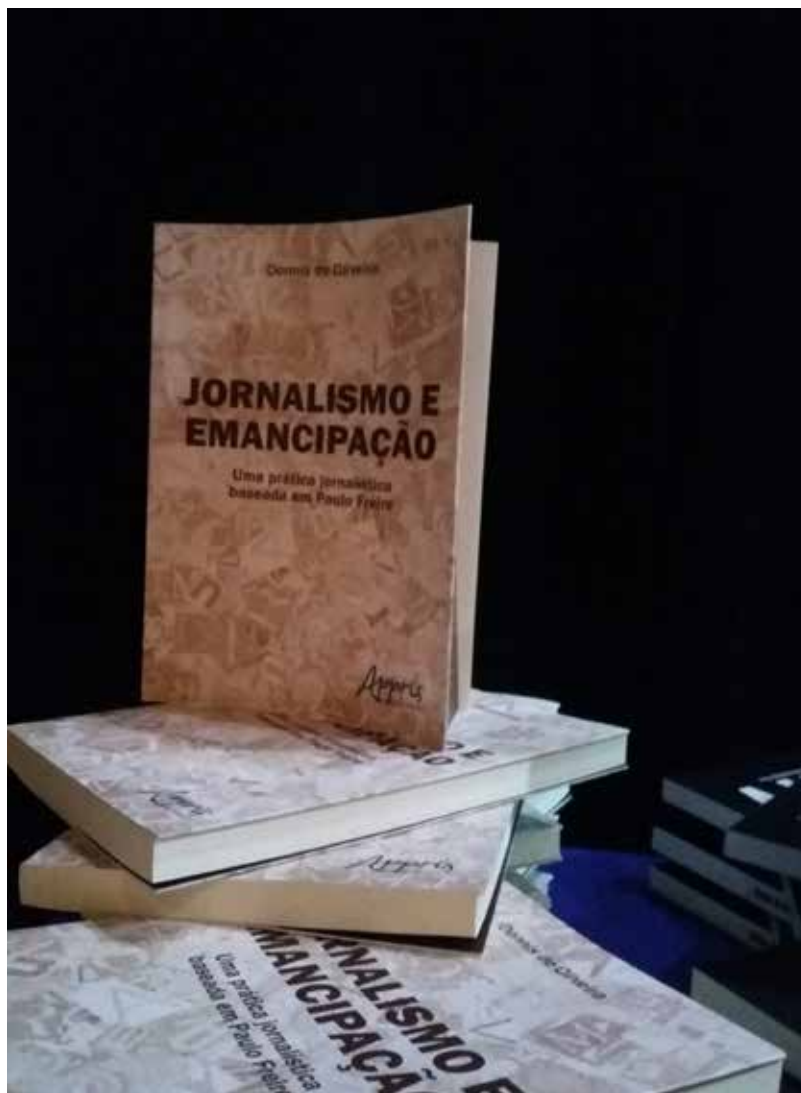
Por um jornalismo emancipador

*Por Beatriz Trezzi Vieira

Carla Tozo



A busca pela prática de um jornalismo que aponte novos caminhos para a sociedade nos dias de hoje é tão desafiador quanto urgentemente necessária. O professor Dennis de Oliveira, da Escola de Comunicações e Artes (ECA) da USP, traz exatamente isso em seu novo livro inspirado na obra do educador brasileiro Paulo Freire (1921-1997). *Jornalismo e Emancipação: Uma prática jornalística baseada em Paulo Freire* (Appris Editora) é fruto da tese de livre-docência do professor e ativista, defendida em 2014. Na obra, Dennis parte do ideal freireano de educação libertadora para propor um fazer jornalístico capaz de promover emancipação, inclusão e cidadania, papel que a atividade deixou de cumprir. Segundo ele, ao desvirtuar-se ante o poder do capital na contemporaneidade, com a consequente espetacularização que



Carla Tozo

passou a caracterizar a mídia.

Por meio do resgate da evolução do jornalismo, o professor traça a trajetória dessa atividade, que nasce como agente fomentador e da esfera pública e consolidador da democracia, até a condição atual, quando sucumbiu ao poder da hegemonia capitalista no mundo globalizado.

Conceitos sobre poder e controle social são analisados tanto sob a ótica de referências como Michel Foucault, Karl Marx e Sigmund Freud, como na perspectiva mais atual de Zygmunt Bauman, evidenciando o

de transformar as relações sociais a partir do protagonismo dos setores oprimidos.

O jornalismo emancipatório seria, então, aquele capaz de promover a reconstrução do discurso midiático a partir da perspectiva da superação das dinâmicas de opressão em todas as suas vertentes, trazendo à tona vozes diversas, ampliando fontes e perspectivas de abordagem e humanizando as narrativas para revelar as experiências cotidianas em toda a sua diversidade.

O livro propõe aos comunicadores, em particular, e à sociedade, em geral,



O jornalismo emancipatório seria, então, aquele capaz de promover a reconstrução do discurso midiático a partir da perspectiva da superação das dinâmicas de opressão em todas as suas vertentes, trazendo à tona vozes diversas, ampliando fontes e perspectivas de abordagem e humanizando as narrativas para revelar as experiências cotidianas em toda a sua diversidade

esvaziamento da atividade política e a prevalência da lógica alienante do mercado e do consumo sobre as dinâmicas sociais e políticas.

Nesse cenário, a proposta, então, é a de apontar pistas e caminhos de mudança, de resgatar o papel do jornalismo como agente transformador, por meio de uma ação emancipadora. Emancipação nas perspectivas de Paulo Freire, do psicólogo espanhol Ignacio Martín Baro, um dos precursores da pedagogia da libertação, e Óscar Jara, sociólogo e educador popular peruano, que preconizam os projetos coletivos, ou em comunhão, capaz

uma reflexão coletiva na busca de alternativas para os dilemas que ainda assolam a condição humana, sendo a desigualdade e suas consequências talvez a maior delas. Lembrando as palavras de Freire, Oliveira nos conclama a repensar essa realidade: “Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho, os serem humanos se libertam em comunhão”.

**Beatriz Trezzi Vieira é jornalista, mestre em Ciências da Comunicação pela ECA-USP e docente do FIAM-FAAM Centro Universitário. Atualmente, faz doutorado em Direitos Humanos pela Faculdade de Direito da USP.*

Os porquês de Cara Gente Branca

A iniciativa da Netflix em produzir uma série que tem como assunto central da trama o racismo resultou em perda de clientes

por Stéphanie Grace de Jesus*

Por que ver



Cara pessoa branca!

Olá, aqui é a Stéphanie, Stéphanie Grace. Seja bem-vindo a sua fita! Não, não é dessa série que vou falar aqui. *13 Reasons Why*, ou Os 13 Porquês, tem uma temática muito importante sendo discutida, e, acertadamente, a mídia lhe deu espaço e a produção teve muita repercussão.

A questão da vez é outra produção Netflix com tema espinhoso e abordagem polêmica. Mas onde estão as pautas de discussões sobre essa série? Silêncio...

Emicida diz em uma das suas letras: “por mais que você corra, irmão/ pra sua guerra vão bem se lixar/ esse é o xis da questão...”. A Netflix sentiu o impacto por “comprar a briga” dessa guerra. Ao divulgar o trailer da série houve um boicote a empresa com cerca de 23 mil “deslikes” no YouTube, e até mesmo chegando ao ponto de terem cancelamentos de assinaturas.

Dear White People (Cara Gente Branca, em português), escrita e dirigida por Justin Simien, foi lançada no Brasil

em 28 de abril e retrata uma sátira escancarada do racismo e da hipocrisia do politicamente correto e tolerante e o respeito da diversidade racial dentro de uma universidade.

De cara, logo no primeiro episódio, um paradoxo acontece: a protagonista Samantha White (Logan Browning) é uma militante do movimento negro e começa a namorar Gabe Mitchel (John Patrick Amedori), um cara branco. Ela não sabe o que fazer e nem como apresentar o namorado ao seu grupo de amigos negros.

O stopim para várias reflexões se dá a partir do momento que a galera da faculdade cria uma festa chamada: “blackface” na qual os estudantes são convidados a se “fantasiarem” de personalidades negras. Essa ação gera uma revolta nos alunos negros e isso não é questão de “mimimi” ou vitimismo, o xis da questão vai além disso... Características da cultura dos negros não são uma fantasia, é preciso compreender que tem de haver respeito por todas

as culturas, sem diminuir uma e exaltar outra.

Durante a série existem diversas situações que realmente faz a gente colocar a mão na consciência e parar para pensar o quanto o racismo infelizmente é cultural e transforma o dia e a vida do outro em um tormento. A trama se passa numa universidade nos Estados Unidos, país onde viveram alguns dos maiores representantes do movimento negro, como Martin Luther King na década de 1950.

Ao longo dos dez curtos episódios podemos entender quais os objetivos do grupo e de Sam quando se dirige ao público no seu programa radiofônico (nome homônimo à série) relatando as situações de racismo velado cotidianas dos negros dentro do campus.

A própria Sam tem seu programa acusado de racismo, mas consegue dar uma resposta à altura sem decepcionar aqueles que contam com sua liderança no movimento negro deixando seus opressores sem

reação. Ela está sempre incomodando quem não enxerga o racismo na universidade ou quem insiste em fechar os olhos para o problema.

É fato que a questão racial é o foco mais forte da série, mas não podemos deixar de ressaltar o fator “mulher como liderança”. Afinal, Sam em alguns momentos não luta somente pelos negros, mas também pela causa feminista, defendendo o papel da mulher na sociedade.

A série não foi de forma alguma criada para alimentar os padrões que a sociedade impõe e muito menos para passar a mão na nossa cabeça. Ela também não incentiva o ódio dos negros aos brancos. É muito mais que isso. Ela perturba, problematiza, de maneira bem-humorada, escracha e fala sem pleonasmos. Incomoda porque toca na ferida.

**aluna do 7º semestre do curso de Jornalismo*

***Texto produzido originalmente para a disciplina Jornalismo de Revista*



Divulgação

Rincon Sapiência

Por Marcello Gabbay*

Lança *Galanga Livre*,
uma crônica vibrante
da vida nas cidades
brasileiras

Quem é Danilo Albert Ambrosio? Nome robusto, mas concreto demais pra um cronista da cidade. Rincon Sapiência foi uma escolha melhor; ainda mais forte e direto. O saber da cidade está impresso nas letras rappeadas de Rincon. Com 32 anos completos, o poeta paulistano finalmente ganhou um reconhecimento mais amplo com o disco *Galanga Livre* (2017).

É mesmo injusto dizer que um artista “surgiu” quando lança um álbum com maior estrutura de divulgação e distribuição. Rincon já está na área desde o ano 2000. Natural de Itaquera, morador da Cohab I, o rimador Sapiência adotou o nome do ídolo de futebol, o colombiano Freddy Rincón, que jogou no Palmeiras e no

Corinthians na década de 1990. Mas a geração do menino Danilo é aquela que foi arrebatada pelas narrativas pungentes dos Racionais MCs. O rap *Diário de um Detento*, de 1997, colocou no eu poético o jovem brasileiro que vive encarcerado e apartado das glamourosas ruelas da Vila Madalena. Os anos 1990 foram uma época de descortinamento do Brasil por meio da música popular. De um lado, Lenine e Chico Cesar trazendo as andanças do retirante, de outro, as resistentes cenas cancionistas do Norte, com a Roraimera, a Música Popular Paraense, etc, e no “centro” do país (com todas as aspas do mundo!), a vibrante cena do rap de São Paulo e do funk do Rio de Janeiro



Divulgação

ampliando e amplificando as vozes da cidade.

Foi nesse cenário que Danilo Albert cresceu, distribuindo panfletos nos semáforos da cidade pra comprar os CDs na Galeria do Rock da Rua 24 de Maio. Mais tarde, como atendente de telemarketing, já com 25 anos de idade, Rincón se aproximava de dar forma a seu primeiro single, *Elegância*, lançado em 2011.

Em *Galanga Livre*, treze faixas trazem uma unidade sonora e narrativa concisa e potente. Acompanhado dos samples e scratches, o som trás também muitas guitarras que dão um molho mais arrojado para o repertório, mérito talvez do produtor William Magalhães, da banda Black Rio. O destaque vai para Crime Bárbaro, que aproxima a realidade do homem negro dos tempos da escravidão com os dias atuais. A figura do “nego fujão” encarna ao mesmo tempo os dias dos navios negreiros e a realidade dos subúrbios das grandes capitais brasileiras. Pouca coisa mudou entre o século XIX e 2017. O verso “na pele eu levo a marca da tortura”

não podia ser mais representativo da condição que faz do nosso país um território marcado pelo racismo como constituição histórica.

A volta pra casa é a faixa que narra as arduas da vida nas cidades. O tempo estendido do trabalho acrescido da difícil tarefa de exercer o direito à cidade é uma forma contemporânea de escravidão. A luta pela (re)existência acaba sufocando toda a energia que poderia ser empregada na busca pela liberdade e pela felicidade. Reflexão com tom filosófico que aproxima Rincón de grandes textos da teoria crítica pós-revolução industrial. “Da casa pro trampo, do trampo pra faculdade / O corpo exausto, apesar da pouca idade / Sem novidade, a mesmice na rota / Tentando ser um bom funcionário com boas notas / Trabalhar, estudar, nem sempre se encaixa / Nem mesmo no fim da aula o aluno relaxa”, brado que nos convida a pensar sobre o tempo da vida e sobre a estrutura de funcionamento da cidade e da cidadania.

Em *Moça Namoradeira* temos a acertada participação de Lia de



Angelo Luz

*Doutor em Comunicação e Cultura e autor do livro “*Música Popular e Comunicação Poética*” (Ed. Appris, 2017)

Itamaracá, a mestra pernambucana, que dá um molho todo especial ao disco. Daí em diante, uma pedrada atrás da outra. Músicas que fazem de *Galanga Livre* uma crônica de nossos dias. Talvez uma versão mais descritiva da potente *Não existe amor em SP*, de Criolo (do disco *Nô na orelha*, 2011). Mas não faltam músicas dançantes, como *Meu bloco*, e românticas, como *A noite é nossa*. Ainda assim, a mensagem deixada por Rincón Sapiência é clara: a realidade das ruas do Brasil não está nos grandes jornais, mas nas formas mais vivas e orgânicas de comunicação, como a canção.

Se o samba, os maracatus, carimbós e batuques são o espaço comunicativo das culturas do interior do Brasil, o rap, o hip-hop, o funk são algumas das formas reais de discurso nas grandes cidades. Vibração tribal que vem do cotidiano, que traz a festa, as cores e as dores da vida de todo o dia. “Já ouviu falar em pobreza? / Pobreza, ela não morreu”, é a frase que ressoa quase no finalzinho da aventura que é o *Galanga Livre*. Viva Rincón, viva a fala das ruas.

Webdocumentário:

Black Nerds: Representatividade negra em produtos nerd

Por Amabilie Mendes,
egressa do curso de jornalismo

Arquivo Pessoal



Utilizar o espaço acadêmico para discutir as questões étnico-raciais é valioso. Ainda mais quando sou atingida diretamente nesse requisito. Colocar o negro num ambiente intelectualizado como as universidades é pautar e produzir reflexões com embasamentos teóricos com engajamento e interesse de findar as diferenças sociais constituídas a partir do racismo. O meu Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado em junho/2017, falava sobre essa perspectiva do negro enquanto um intelectual, dentro do universo “nerd”. Obtive muitos motivos para realizar a pesquisa, mas o fato de ser negra e perceber o quanto as pessoas estranham em nos ver em espaços, como a sala de aula do Ensino Superior e cargos de chefia serviram de grande impulso. Depois das pesquisas e o embasamento teórico precisei dar vida ao projeto e para isso gravei todas as entrevistas com um aparelho celular; improvisei tripé composto de um bastão retrátil de selfie anexado em uma base de garrafa, e como diria a minha orientadora Prof^a. Ms^a. Isadora Camargo, isso é uma prova que o valor está no conteúdo e não simplesmente na alta tecnologia. Precisei ir até a cidade satélite (Brasília)

para conversar com Anne Caroline Quiangala, criadora do blog *Preta, Nerd & Burning Hell*, que foi uma das personagens centrais do meu trabalho devido ao recorte que ela faz da perspectiva do nerd negro. Além disso, também conversei com Mariana Santiago, publicitária formada pela UNB que teve como resultado de graduação um artigo sobre o Batman. Também estive em Campinas para conversar com Lucas Felix criador do canal *Black Cosplayers* (atualmente Blerd World) que entre outros assuntos conta a trajetória de heróis negros e para o embasamento teórico conversei com o sociólogo e professor Márcio Macedo que ilustrou o porquê não visualizamos com naturalidade positiva heróis negros, já que o indivíduo negro é constantemente associado a adjetivos negativos. Um aprendizado mútuo que resultou no produto final com todos os depoentes negros, e cada um com uma fala contribuinte para a pesquisa.

Em três meses, os vídeos do webdocumentário disponíveis no youtube e no site, já somam 354 visualizações. É possível acessar através do endereço: www.blacknerdsbrasil.com.

Documentário:

A Dona do Terreiro

Por Cristina dos Santos Anunciação (Deisy Anunciação) – egressa do curso de jornalismo

Quando resolvi fazer meu TCC optei por um documentário que pudesse falar de mulheres negras liderando uma religião oriunda de matrizes africanas no Brasil. Especificamente na Bahia, por ter laços diretos com esse legado. Me sentia na função de desmistificar vários estereótipos e preconceitos da nossa sociedade e ao mesmo tempo dar visibilidade e voz a essas mulheres que cansaram de gritar em silêncio.

Fiquei surpresa e feliz de ter o apoio incondicional do meu coordenador Vicente Darde quando falei do tema escolhido que prontamente me indicou a professora Maria Lúcia para ser minha condutora. Não posso deixar de mencionar o professor Ulisses Rocha que foi meu braço direito na composição técnica na montagem do audiovisual. Foi uma experiência única e ética com os professores de trabalhar meu projeto

absorvendo um aprendizado escrito e audiovisual simultâneo.

Este documentário traça uma linha de pesquisa jornalística para discutir e identificar a trajetória da mulher negra na liderança do poder religioso afro-brasileiro, o candomblé. O trabalho traz depoimentos de mulheres influentes do candomblé como: Mãe Stela de Óxossi, Makota Valdina, Lindinalva Barbosa, Mãe Gilda D'Oxum das quatro nações mais ativas da Bahia e São Paulo (jejê, ketu, nagô e angola) entre outros entrevistados como o sociólogo Reginaldo Prandi, grande conhecedor da religiosidade negra no Brasil. Nesses terreiros pude observar um formato de sociedade própria, governada por rainhas de dinastias que ainda mantém enraizada a ordem ancestral, ou seja, cada terreiro tem um (a) dono(a), suas regras e suas condutas.



Arquivo Pessoal

Monografia/Game:

A Saga de Mugum: O negro e a Mitologia de matriz Africana em um jogo para celular

Por Márcia da Silva Leite, Manuel Lopes Correa, Natalia Bae, Patricia Okamoto Santos, egressos do curso de Tecnologia em Design Gráfico



A escolha de falar sobre o Candomblé e Umbanda, duas religiões de matrizes africanas, se deu ao notarmos a grande importância cultural para nosso país, já que o negro trouxe vasta cultura do continente africano durante os anos de escravidão no Brasil colonial, além de verificarmos a necessidade de desmistificar a maneira como são vistos atualmente.

Arelada a vontade de criar um projeto mais divertido e leve, associamos o tema à proposta de um jogo de videogame, no qual a representatividade do negro é baixa e muitas vezes aparece de forma estigmatizada e negativa.

O uso de mitologia se faz presente em diversos jogos e por isso foi utilizado como recurso em nosso aplicativo.

Seguindo a tendência do mercado, desenvolvemos um aplicativo para celular que, de acordo com pesquisas, é um meio cada vez mais frequente de uso para jogos. Surgiu então *A Saga*

de Mugum. A intenção foi criar um nome em português, que remetesse aos nomes tradicionais dos jogos de Ação e Aventura, mas que tivesse um pouco da identidade africana. Como existem muitas nações e, portanto, diversas línguas e dialetos, não foi de interesse utilizar apenas de um único idioma para intitular o jogo. O nome Mugum não existe em nenhuma língua africana, mas tem uma sonoridade similar às palavras. Ugun lembra Ogum, que, além de ser o nome de um orixá, tem no iorubá o significado de guerreiro. Mugum também é um palíndromo, uma palavra que pode ser lida de trás para frente sem perder o seu sentido, facilitando a memorização do nome do jogo.

Nosso personagem principal tem como missão recuperar o espírito do Erê, que representa a infância, e que foi capturado por espectros que trabalham para o mal.

Na tela inicial do jogo, o jogador escolhe o seu avatar, que poderá ser representado

como masculino ou feminino, já que seu nome não possui um gênero definido, apenas sugere que se trata de um guerreiro. Esse recurso considera também a inclusão da representatividade do gênero feminino para o avatar protagonista, já que as mulheres ganham cada vez mais destaque no público consumidor dos jogos.

O jogo tem oito fases; sete delas são tematizadas por um orixá diferente e uma apresenta apenas uma batalha com um espectro. Os orixás emprestam suas ferramentas/armas para o jogador utilizar em cada fase e também aparecem durante o jogo para oferecer dicas ou ajudar em momentos de dificuldade. O Exú é o responsável por abrir ou não o caminho para as próximas fases, levando em consideração o desempenho do jogador.

Cada fase têm um cenário de natureza diferente, fortemente ligado aos orixás, como mar, florestas, rios, entre outros. As fases fazem parte de um trajeto, sendo a última ambientada na cidade, lugar de maior conflito onde encontra-se aprisionado o espírito de Erê.

Em *A Saga de Mugum*, optamos por utilizar a técnica do pixel art para criar todo o jogo pois remete aos jogos clássicos de videogames, e é uma tendência no mercado gráfico atualmente.

O projeto busca servir de modelo para futuros desenvolvimentos de jogos eletrônicos, mostrando que é possível abordar o negro e a cultura africana de maneira interessante e respeitosa, criando assim uma representatividade igualitária e coerente com a nossa sociedade.

Monografia:

Campanha Eleitoral e Construção da Imagem nas Mídias Sociais: Um estudo sobre as campanhas eleitorais à prefeitura de São Paulo em 2016

Por Toni Farina, egresso de Publicidade e
Propaganda

O bom convívio com as/os colegas de classe, a unidade e parceria dentro do grupo (agência) no qual fiz parte durante o curso de PP e a admiração imensurável pelo corpo docente da instituição, não foram suficientes para conter minha atração pela independência que a monografia iria me proporcionar, sobretudo no que tange conteúdo acadêmico. A escolha pelo tema se deu pela repulsa que sempre tive de financiamento empresarial em campanhas eleitorais (uma relação perigosa e nefasta que faz com que os políticos atendam aos interesses das empresas doadoras e não aos anseios e demandas da população) e pela presunção das mídias sociais ser um espaço democrático e econômico para realizar campanhas. Durante a pesquisa, notei a relação entre os temas e os conteúdos de autores e autoras indicados pelos meus orientadores. Isso aperfeiçoou e muito meu conhecimento. Não posso reclamar, fui muito bem atendido pelos dois orientadores que tive (o primeiro deixou a faculdade) e ambos mergulharam com total interesse e carinho no tema, sempre me estimulando. O trabalho foi penoso, porém, muito satisfatório, pois o teor muito me agradava e já tinha certa propriedade no assunto. Isso facilitou a elaboração da pesquisa. Utilizamos métodos como etnografia, métricas e conversação em rede. Métodos esses que conheci durante os atendimentos

e foram de suma importância para confecção da monografia. Após a análise, conseguimos identificar os discursos e construção da imagem dos dois melhores candidatos colocados nas eleições (Doria e Haddad). O primeiro utilizou um discurso administrativo populista, negando a política e se rotulando “gestor”, interagindo demasiadamente com o povo em suas mídias sociais e criando um tema de impacto em sua campanha (#AceleraSP). O segundo, criou uma imagem popular culturalista, utilizando apoio de famosos intelectuais como Chico Buarque e humanizando a cidade sempre em unidade com as minorias. Entretanto, não interagia com os usuários nas mídias sociais e nem construiu um tema impactante para sua campanha. O resultado dessa pesquisa se transformou em um artigo apresentado no GP Comunicação para Cidadania, na sessão Educação, participação e política do Congresso Intercom 2017 em Curitiba e será base para mais 2 congressos ainda esse ano. Com o aprendizado que tive, deixo uma dica aos alunos e alunas que passarão por esse processo: escolham temas que te despertam atração. Assim, a realização do TCC será muito mais prazerosa e amena. Valorizem e desfrutem desse corpo docente. Eles são a pedra angular para a consolidação e enriquecimento dos nossos conhecimentos.



Arquivo Pessoal

Acesse, ouça, compartilhe.

Rádio
FIAMFAAM

A rádio do seu tempo

Disponível na web em:

www.radiofiamfaam.com

Baixe o APP e ouça no seu celular





Diversidade racial e de gênero nas redações:

Qual o efeito para o jornalismo?

Por Cláudia Nonato¹

Não há pluralidade de pautas no jornalismo brasileiro. E essa afirmação não é novidade: a linha ideológica e editorial dos nossos grandes veículos não representa a diversidade política e cultural da população brasileira. Mas, diante de um cenário de mudanças extremas - que vão desde a afirmação estética negra como resistência política à emancipação de gêneros - vivemos um momento de clara luta pela diversidade. Basta olhar as redes sociais e a mídia alternativa,

que trazem diariamente uma enxurrada de denúncias, protestos, discussões e debates sobre o tema, ao mesmo tempo em que surge uma assustadora onda de moralismo na sociedade brasileira. Sendo assim, por quais motivos as pautas dos grandes veículos de comunicação hegemônicos continuam sendo sempre as mesmas, geralmente relacionadas à violência e/ou ao preconceito contra moradores periféricos, mulheres, negros e LGBTTTs?



A nosso ver, a explicação é bastante simples. A diversidade não aparece nas pautas da grande mídia porque não há diversidade nas nossas redações, que geralmente são formadas por pessoas brancas e de classe média. E também porque não havia, até bem pouco tempo, diversidade nas salas de aula das universidades brasileiras. É um ciclo, que felizmente começa a ser quebrado. Timidamente, porque em mais de dez anos de ações afirmativas no Brasil (políticas de cotas), e depois de formar aproximadamente 900 mil jovens negros ou pardos³ nas universidades, quando se fala em jornalismo, esse número ainda é pequeno. Os negros e pardos representam menos de dez por cento dos profissionais das redações brasileiras; as mulheres são maioria entre os jornalistas, mas poucas estão em cargos de chefia e, em relação aos LGBTTTs, não há sequer estudos a respeito. O Sindicato dos Jornalistas de São Paulo formou, em 2017, um grupo para discutir as questões desse grupo, que praticamente inexistem nas pesquisas acadêmicas.

A maioria dos dados partem de duas pesquisas feitas entre 2010 e 2013; uma realizada pelo Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho da ECA/USP, que mostrou o perfil dos jornalistas de São Paulo⁴, e outra feita na Universidade Federal de Santa Catarina em convênio com a FENAJ⁵, que traçou o perfil dos jornalistas brasileiros⁶. E, embora uma pesquisa tenha sido feita entre jornalistas de São Paulo, e outra com jornalistas de todo o Brasil, os resultados são convergentes, principalmente em relação aos resultados relacionados à etnia e gênero, apresentados no início do texto. Uma terceira pesquisa, feita pelo Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEMAA, do IESP-UERJ)⁷, apresentou o perfil de gênero e cor/raça dos colunistas dos principais jornais impressos do país – O Globo, Folha de São Paulo e Estadão – e os resultados também não foram animadores. Os dados mostraram que nos três veículos, pouco mais de 70% das redações são formadas por homens; além disso,

há menos de um por cento de negros⁸. No Estadão, 99% da redação é formada por brancos. Em relação às mulheres negras, a Folha de S. Paulo não possuía nenhuma colunista negra, enquanto essa categoria representa 4% no Globo e 1% no Estadão.

Diante desses dados, fica difícil haver diversidade racial nas pautas dos grandes veículos. Segundo Maria Aparecida da Silva Bento⁹, coordenadora executiva do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT), “os profissionais que atuam em programas de implementação de diversidade em empresas e organizações afirmam que a dimensão racial é que mais suscita resistências, colocando-se como um obstáculo à diminuição da desigualdade existente nos quadros funcionais”. Para ela, esse cenário só será mudado a partir de reflexão e de adoção de medidas concretas, como o redimensionamento da ideia de meritocracia, utilizada como argumento para justificar o fim de medidas de promoção de igualdade de gênero e raça. “O cenário de exclusão e/ou sub-representação de negros e,



Claudia Nonato

principalmente de mulheres negras, em posições qualificadas, é incompatível com os esforços empreendidos no caminho de desenvolvimento do Brasil”, completa.

Olhando para o lado de quem recebe a informação, outra pesquisa, feita pelo site Vaidapé¹⁰, analisou 204 programas de televisão brasileiros, e concluiu que apenas 3,7% dos 272 apresentadores são negros. Ou melhor, se um dia de programação fosse composto por programas com apresentação, os negros ficariam apenas seis minutos no ar. E tem mais: desse percentual, 80% dos negros estão em programas de entretenimento e 20% em programas religiosos. Não há apresentadores negros no jornalismo, ou em programas educativos e infantis. Os jornalistas Maria Júlia Coutinho e Abel Neto, entre muitos outros, estarão nesse grupo quando sentados na bancada do *Jornal Nacional*, fato que ainda não aconteceu. Diante dessa falta de visibilidade naquele que é o maior meio de comunicação do país, e por onde as pessoas se informam e se inspiram, como é possível se sentir representado (a)? A diversidade está presente nos programas de entretenimento, mas não no jornalismo que, por enquanto, ainda privilegia negros, mulheres e LBGTTTs de maneira bastante estereotipada, a partir de crimes de violência, racismo e homofobia, e de datas comemorativas, como

o dia da mulher, da libertação dos escravos, do orgulho gay ou da consciência negra, entre outros. Por outro lado, o acesso às tecnologias e redes sociais - embora ainda haja muita desigualdade digital no país - possibilita a criação e avanço de pequenos veículos, que buscam levar os seus discursos e a sua crítica a um número cada vez maior de pessoas. São veículos alternativos e/ou independentes, que tentam conquistar o seu espaço e aumentar a pluralidade de vozes nos meios de comunicação. É um movimento ainda inicial, que deve e merece ser acompanhado por todos nós.

1-Jornalista, doutora em Ciências da Comunicação pela ECA/USP, professora da graduação e do Mestrado Profissional em Jornalismo do FIAM-FAAM Centro Universitário e pesquisadora do Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho (CPCT-ECA/USP).

2-Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgênero.

3-Segundo dados do Grupo de Estudos Multidisciplinares de Ação Afirmativa da UERJ (GEMAA) e do Programa Universidade Para Todos (PROUNI) do Ministério da Educação.

4-“O perfil dos jornalistas e os discursos sobre o jornalismo. Um estudo das mudanças no mundo do trabalho dos jornalistas de São Paulo”. Disponível em <http://www2.eca.usp.br/comunicacaoetrabalho/rvp/index.php/pesquisas/2009-2012/>. Acesso em 02 de out. 2017.



Arquivo Pessoal

5-Federação Nacional de Jornalistas

6-“Quem é o jornalista brasileiro? Perfil da profissão no país”. Disponível em <http://perfildojornalista.ufsc.br/files/2013/04/Perfil-do-jornalista-brasileiro-Sintese.pdf>. Acesso em 02 de out. 2017.

7-“Jornalismo brasileiro: gênero e cor/raça dos colunistas dos principais jornais do país”. Disponível em <http://gema.a.iesp.uerj.br/infografico/jornalismo-brasileiro-genero-cor-racados-colunistas-dos-principais-jornais/>. Acesso em 20 de out. 2017

8-A pesquisa considerou como negros a somatória de pessoas negras e pardas.

9-BENTO, M.A.S.; CARRANÇA, F. (Org.). *Diversidade nas empresas & equidade racial*. São Paulo: CEERT, 2017.

10- *A cor dos apresentadores de TV no Brasil*. Disponível em <http://vaidape.com.br/2017/06/pesquisa-apresentadores-negros-na-televisao/>. Acesso em 02 de out. 2017.

Um grupo para chamar de meu

Por Edilaine Felix

Comemorar 1 ano do primeiro núcleo negro do FIAM-FAAM é celebrar o debate sobre raça, gênero, preconceito e discriminação, e quem ganha é a sociedade



Edmar Scatê

Seminário O profissional negro no mundo do trabalho que aconteceu em setembro de 2016



O Núcleo de Estudos Étnico-Raciais (Nera) do FIAM-FAAM Centro Universitário completa um ano. E, como canta Martinho da Vila, “devagar, devagarinho a gente chega lá”. Chegamos. E motivos para comemorar não faltam. Criado para desenvolver trabalhos de pesquisa e ensino, relacionados com a missão da universidade e com o disposto no Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, o núcleo ganhou força e já é referência dentro e fora da instituição. Estudiosa do tema, a idealizadora do projeto e professora doutora do curso de Jornalismo do FIAM-

FAAM, Maria Lucia Silva conta que em sua tese de doutorado escreveu sobre a importância dos núcleos que atuam com a temática racial na implementação da Legislação 10.639/03 e da 11.645/08, que obrigam as instituições de ensino, em todos os níveis, a desenvolverem em seus currículos disciplinas que abordem a história e cultura afro-brasileira, e determina a inclusão no calendário escolar do dia 20 de novembro como o Dia Nacional da Consciência Negra.

“Em conversa com a coordenação da instituição, eles me convidaram a desenhar um núcleo para o curso de comunicação. Dias depois apresentei um projeto básico aos professores

negros do curso e começamos a desenhar o projeto”, lembra Maria Lucia que para receber orientações e trocar ideias sobre a implantação do núcleo, convidou o professor chefe do Departamento de Jornalismo e Editoração (CJE) da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP) e membro do Neimb (Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre o Negro Brasileiro da USP) Dennis de Oliveira, para falar sobre a proposta e, também, contar a experiência com o Neimb.

Um mês depois, em 18 Maio de 2016, o Nera nascia. E nascia grande. Com palestra do professor doutor da ECA/USP Ricardo Alexino, artistas declamando poesia, exposição de roupas e tecidos africanos, intervenção de dança e oficina de cabelo e maquiagem. “Para a instituição como um todo esse debate sobre raça e gênero é importante porque o mundo do trabalho se constituiu com bases racistas e misóginas e hoje o cenário é outro, e tem de reverter esse processo. Nesse sentido, nossos alunos que tiverem a experiência com esse debate poderão errar menos, ter outra postura diante de uma situação de preconceito e discriminação”, acredita a professora.



Carla Tozo

O padrinho do Nera Dennis de Oliveira e a idealizadora do Nera Maria Lúcia da Silva na Semana de Comunicação para o lançamento do livro *Jornalismo e Emancipação*

do professor Muniz Sodré da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

SUPORTE PARA AMPLIAR O DEBATE Maria Lucia lembra que a relação entre educação e diversidade é recente e as políticas públicas de superação das desigualdades educacionais têm menos de 20 anos. Para ela, a experiência de debater o racismo é

considere que esta agenda transcenda os núcleos internos da universidade e também estejam no movimento negro que lutou arduamente para as ações afirmativas no ensino superior.”

Consolidar esses espaços de discussão e reflexão sobre esta temática para que não se transformem em guetos é um dos maiores desafios. Por isso, Dennis acredita que a agenda antirracista e da diversidade deve

SOU DO NERA

“Eu sou uma das fundadoras do Nera. Estou desde o início por conta de uma situação de racismo que passei e na qual os colegas do Núcleo me apoiaram. Na minha opinião, o Núcleo é importante para trazer para o ambiente escolar/universitário discussões que normalmente não são abordadas em outros locais. Tais discussões são importantes para estudantes e professores refletirem, a partir de um melhor entendimento de como são ensinadas, aprendidas e identificadas a nossa cultura e história no cotidiano. A instituição só tem a ganhar com essa iniciativa.”

Cláudia Nonato, jornalista, professora doutora do curso de jornalismo e do Mestrado Profissional em Jornalismo do FIAM-FAAM.

Além do professor Dennis, “padrinho do Nera”, Maria Lucia trouxe outras referências para desenhar a proposta do núcleo, como o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da Universidade Federal do Espírito Santo (NEAB/UFES), que atua com formação de professor e propõe ações com os alunos cotistas, além do Grupo de Pesquisa Relações Raciais: Memória, identidade e imaginário, coordenado pela professora Teresinha Bernardo, o Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia (CEAO/UFBA), e de materiais produzidos pelo grupos de pesquisa

muito nova para todos nós, até porque muitos ainda não se descobriram negro. “Mas quando nos referimos a construção de identidade do Nera, temos buscado no cinema, no grafite, na capoeira, na música, na dança e nas palestras o suporte para debater a cultura negra e a perversidade produzida pelo racismo”, salienta. Para o professor Dennis, os núcleos de estudo devem responder uma importante demanda, que é a produção do conhecimento acadêmico no campo das relações étnico-raciais. E essa é a trilha a seguir. “É um dos caminhos sim [dos núcleos], embora

contaminar os projetos políticos pedagógicos das instituições de ensino para que estejam preocupados em formar pessoas com uma consciência multiétnica da sociedade. “Os núcleos devem articular-se com os movimentos sociais internos e externos da universidade denunciando as eventuais práticas racistas e exigindo das direções das instituições mecanismos eficazes de combate a isto.”

Para se fortalecer e seguir discutindo raça e preconceito no ambiente acadêmico, com o objetivo de que esses assuntos extrapolem para a



Reunião para acertar os fundamentos do núcleo antes do lançamento oficial do Nera. Da esquerda para a direita: os professores Márcio Macedo, Edilaine Felix, Cláudia Nonato, Maria Lúcia da Silva, Dennis de Oliveira (padrinho do Nera) e Claudio Sá

sociedade, o Nera busca referências para se consolidar. A principal delas é o professor doutor Juarez Tadeu de Paula Xavier, assessor da Pró Reitoria de Extensão da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp) e coordenador do Núcleo Negro da Unesp para Pesquisa e

teve seus trabalhos interrompidos, que foram retomados em 2014, na esteira das manifestações racistas registradas no Unesp/Bauru. A partir deste ano, o Núcleo Negro Unesp para a Pesquisa e Extensão deverá ter mais foco na pesquisa, e estimulará ações extensionistas para as relações

além da ignorância dos não estudiosos. Ignorância não é argumento, em todas as questões, em especial na questão racial no Brasil.”

O professor da Unesp conta que nos anos de 1978 a 2008 os projetos do Nupe foram ricos em iniciativas do movimento negro, em todas as áreas,

SOU DO NERA

“Eu acho que a criação do Nera é de uma importância gigantesca em vários aspectos. Eu trabalhei sete anos em outra instituição e lá não havia essa preocupação, essa conscientização, mesmo tendo um número de alunos negros e de classe social desfavorecida bem grande. Então acho que só o fato do Nera existir é de grande valia e mostra o quanto a instituição é consciente em relação à essas questões. O processo de conscientização diário com alunos e professores proposto pelo núcleo através das diversas atividades evita as repetições dos comportamentos inadequados com o outro. Nesse um ano eu, particularmente, tenho aprendido muito, muito mesmo. Cada vez mais tenho me colocado no lugar do outro, reflito sobre as exclusões e, principalmente, transmito esse aprendizado aos alunos.”

Carla Tôzo, jornalista, professora mestre no curso de Jornalismo do FIAM-FAAM.

Extensão (Nupe). O grupo que existe desde o final dos anos 90, passou a ter existência efetiva e forma no começo dos anos 2000 e atualmente atua nos 34 câmpus da universidade, em 24 cidades, com 8 núcleos constituídos. Além disso, o professor é um exemplo na luta pelas questões raciais e, mesmo sofrendo ofensas racistas em 2015 não se deixou abater.

“Entre os anos de 2010 e 2013, o Nupe

étnico-raciais no diálogo sociedade-universidade”, explica o professor Juarez. Na sua opinião, núcleos como o Nupe, Neimb, Nera e tantos outros devem ser o caminho para discutir esse tema dentro da comunidade acadêmica. “Eles têm legitimidade, consistência, dados, informações, conhecimento e produção para essa função. Racismo é um campo que deve ser estudado com afinco, e esses núcleos fazem isso, para

inclusive na universidade. Ele lembra que em 1978, o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial foi lançado, inaugurando o discurso moderno da luta contra o racismo. Em 1988, o movimento negro emplaca a criminalização do racismo na constituinte. Em 1995, ao final da marcha zumbi dos palmares a Brasília é criado o Grupo de Trabalho Interministerial e o governo reconhece



Do alto à esquerda, em sentido Horário: Oficina de Ninjinha; Roda de conversa sobre Carimbó e Hip Hop com a apresentação de tese de doutorado dos professores Marcelo Gabbay e Marcos Zibordi; O professor da USP e apresentador do programa Diversidade em Ciência da Rádio USP Ricardo Alexino faz uma reflexão sobre o papel da mídia na construção da diversidade no lançamento do Nera em 18 de maio de 2016



DISCRIMINAÇÃO E DESIGUALDADE DEVE SER NA PERSPECTIVA DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

O chefe do Departamento de Jornalismo e Editoração (CJE) e professor da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP) Dennis de Oliveira, entende que a abordagem para discutir racismo, discriminação e desigualdade deve ser na perspectiva de produção do conhecimento, “no sentido de contaminar o ambiente acadêmico da reflexão com a temática dos estudos étnico-raciais.” Para ele, três pontos são fundamentais para essa reflexão:

1) A implantação da Lei 10.639/03 e 11.645/08 que torna obrigatório o ensino de história da África, cultura afro-brasileira e indígena em todo o sistema educacional. Estes conteúdos são transversais e, para tanto, no ensino superior, esta transversalidade é garantida pela existência de espaços de reflexão e produção de conhecimento

nesta temática como são os núcleos;

2) A visibilidade da agenda da diversidade (de gênero, étnico-racial, cultural, entre outras);

3) A presença maior de jovens negras e negros no ensino superior por conta das ações afirmativas. O Brasil passa por um processo - com muito atraso -, de reconhecimento da diversidade étnico-racial e da existência de mecanismos de opressão racial e não entender isto é não conhecer o país. Por isto, a existência de núcleos como este são fundamentais tanto para garantir que os direitos de reconhecimento destes segmentos sejam garantidos como também a própria qualidade de ensino também. Recentemente, um dos dirigentes da Universidade Harvard afirmou que é positivo uma instituição de excelência ter a diversidade na composição dos seus alunos, pois uma instituição que se propõe a formar lideranças só o fará com qualidade se este processo formativo for realizado em um ambiente de diversidade.



Acervo NERA

Parceria do Nuge e Nera no Dia da Mulher - março de 2017

o estado como responsável pelo racismo, e iniciam-se as ações de participação do Brasil na Conferência Mundial de Durban, na África do Sul, em 2001. “É nesse contexto que surge o Nupe - referência a uma das inúmeras culturas negras africanas -, como espaço de estímulo, articulação e produção de conhecimento,

na academia. Uma delas é o eurocentrismo que desconsidera todo o universo de conhecimento construído fora do eixo da Europa e que ajuda a fortalecer uma imagem estigmatizada da África e América Latina como regiões atrasadas e que em nada contribuíram para a

terceiro é colaborar para a formação e protagonismo de intelectuais negras e negros para que os mesmos tenham visibilidade no espaço acadêmico e tenham autoridade de fala nos mais diversos setores do conhecimento. E, finalmente, consolidar no espaço acadêmico esta temática - a das relações

SOU DO NERA

“É fundamental que tenhamos um espaço de discussão sobre as questões étnico-raciais na faculdade! Antes do Nera existir eu já identificava alunos e alunas que traziam um forte engajamento quanto a sua posição cultural e racial. Agora, vejo que temos um espaço de acolhimento, no qual monografias, trabalhos acadêmicos e diálogos podem ser recebidos com propriedade. É uma demanda não só do curso e da instituição, mas da comunidade acadêmica. A geração de nossos alunos já vem com essas questões incorporadas em seu cotidiano. Além disso, há uma questão política, que é o que Muniz Sodré dizia ser a necessidade de “colorir a universidade”, que inclui não só a presença, mas o diálogo. Estou no Nera acho que desde o nascimento. Colaboro especialmente com os eventos e debates na faculdade. Especificamente, minha tese de Doutorado tratou do carimbó da Ilha de Marajó, no Pará, com forte inflexão sobre a cultura mítico-religiosa e sobre as formas cancionistas africanas e indígenas. Já orientei a monografia da aluna Carmen Barbosa Santos (Publicidade e Propaganda, 2016) sobre a revista *Raça Brasil*, que foi esculpida em total interação com o Nera. Mas além disso, me sinto identificado e contemplado pelas preocupações do Núcleo, uma vez que trago na minha personalidade e no meu trabalho acadêmico minhas raízes do norte da África como bisneto de marroquinos que sou e originário da Amazônia brasileira. As questões político-culturais sobre etnia e raça me tocam diretamente. Eu sigo vinculado ao Laboratório de Estudos em Comunicação Comunitária, da ECO/UFRJ, onde fiz Mestrado e Doutorado e lá discutimos as políticas de minorias, e um de nossos mestres, Muniz Sodré, tem uma larga obra sobre o negro no Brasil. Durante minhas pós-graduações também colaborei no Núcleo de Estudos das Performances Afro-ameríndias da Unirio (NEPAA), coordenado pelo professor Zeca Ligiero. Com o NEPAA ajudei a produzir o documentário “Muiraquitã” (2010) sobre a cultura da encantaria na Ilha de Marajó (PA).”

Marcelo Gabbay, professor doutor do curso de Publicidade e Propaganda do FIAM-FAAM.

e a Revista *Ethnos Brasil*, que tinha no conselho editorial científico os professores Milton Santos e Kabengela Munanga e a professora Josildeth Consorte”, esclarece.

ULTRAPASSANDO OBSTÁCULOS

Para o professor Dennis, o maior desafio dos núcleos é romper as barreiras racistas que existem

conhecimento humano.

Ele aponta também para a elaboração coletiva de conhecimento profundo e radical (no sentido de pegar pela raiz, pelos fundamentos) das singularidades das relações étnico-raciais no Brasil e como elas impactam os diversos setores do saber, no campo das ciências humanas, tecnológicas, da saúde. “O

étnico-raciais -, como campo de estudos e do conhecimento”, complementa.

Diante de tantos desafios, as discussões sobre cotas raciais ganham lugar de destaque nessa conversa. Este ano, Dennis foi um dos professores que encabeçaram a lista do abaixo-assinado exigindo que as cotas na USP fossem raciais e não somente



Arquivo Pessoal

NO BRASIL, A PESQUISA SOBRE AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAL TEM COR, GÊNERO E CLASSE SOCIAL

Professor doutor, assessor de pró-reitoria e extensão e coordenador do Núcleo Negro da Unesp para Pesquisa e Extensão, Juarez Tadeu de Paula Xavier, fala sobre a importância de discutir temas raciais nas instituições de ensino

Em sua opinião, o quanto é importante ter um núcleo nas instituições de ensino para discutir racismo, discriminação, desigualdade? Para o senhor, como deve ser essa abordagem?

Fundamental. Ele é o contraponto na formulação da narrativa contra o genocídio, etnocídio e epistemicídio negro no Brasil, com suas pesquisas - graduação e pós-graduação -, e produção de conhecimento.

O senhor foi vítima de racismo (em 1995 escreveram no banheiro masculino da Unesp/Bauru frases: “Unesp cheia de macacos fedidos”, “Juarez macaco”). A diversidade dentro das universidades incomoda?

Sim, e muito. Ela questiona a concentração dos capitais econômico, político, cultural e social nas mãos de uma minoria branca, urbana, patrimonialista e proto-fascista. A universidade foi criada para isso, no Brasil, e suas bases estão sendo questionadas pelas (os)

pesquisadoras (res) negros no ensino superior. É uma disputa de narrativa: necronarrativa racista versus bionarrativa emancipatória.

Para o senhor, quais são os maiores desafios dos núcleos que discutem a temática étnico-racial nas instituições de ensino?

O mais importante é a não institucionalização desses grupos. Ela é fundamental! A alta gestão deve reconhecer os núcleos como espaços de formulação política das questões raciais, para a sociedade e para a instituição. Creio que isso é decisivo.

Quais foram as maiores conquistas do Núcleo Negro da Unesp para Pesquisa e Extensão (Nupe)?

Ser fundado e resistir esses anos todos e ter pautado na universidade a importância da questão racial, já que a Unesp foi a primeira universidade pública estadual em São Paulo a adotar as cotas e a aprovar comissão de verificação da autodeclaração para pretos e pardos. Este ano, a instituição começou o projeto institucional “Educando para a diversidade”, como parte de uma ampla proposta formulada pelo Nupe.

Como se dá a conversa com outros núcleos de outras instituições?

Em espaços formais - encontros de pesquisadores que se articulam, por exemplo, na Associação Brasileira de Pesquisadoras e Pesquisadores Negros -, e em espaços de informações, nas rodas de conversas e produção de conhecimento das relações institucionais entre os grupos de pesquisa e interpessoais das/dos pesquisadoras (res) sobre a temática.

Como se posicionar, de maneira social e política, para defender os direitos e combater o preconceito, a intolerância?

Organização, denúncia, articulação e produção de conhecimento, sem a ilusão da neutralidade axiológica da produção de conhecimento. No Brasil, a pesquisa sobre as relações étnico-racial tem cor, gênero e classe social.



Do alto à esquerda, em sentido Horário: Programa Consciência que dá Samba; Lançamento do NERA Flash Mob; Poeta e Poetiza em declamações; Exposição de tecidos; Profa. Dra. Maria Lucia na abertura do Seminário do Mundo do Trabalho; Evento de Musicoterapia. Fotos: Acervo NERA

SOU DO NERA

“Acredito que o núcleo levanta questões importantes sobre a nossa história, a história do Brasil, a evolução da nossa formação como povo e as desigualdades que foram criadas a partir de uma sociedade baseada no latifúndio, num analfabetismo e também, e principalmente, na escravidão que só termina em 1888. Acredito que professores, alunos e instituições precisam levantar questões relevantes para reaver um pouco essa história do nosso País - que fica escondida ou ficou por muito tempo -, importante para diminuir preconceito, o racismo, as desigualdades econômicas, sociais e a valorização das minorias. Portanto, o Nera significa não somente aumentar a autoestima da população, do entorno, da comunidade acadêmica, mas também criar um papel cidadão, de completar e estimular essa cidadania não só dos direitos políticos, sociais, mas os direitos civis que também é importante. Estou no núcleo desde o início, fui convidado pela instituição e pela Maria Lucia e a decisão de ser membro do Nera foi justamente porque os temas discutidos atravessam a minha área das ciências sociais, da antropologia, da antropologia urbana, da sociologia e da política. É um tema tanto na formação dos negros, indígenas e portugueses e na relação da formação do povo, da mestiçagem, que toca não somente meus interesses acadêmicos, mas também pessoais, por ser fruto dessa miscigenação também.”

Claudio Sá, sociólogo, professor mestre do curso de Jornalismo do FIAM-FAAM.



Arquivo NERA

Oficina de Percussão

para as escolas públicas. Ele conta que o Neinb tem atuado na defesa das cotas raciais desde que esta discussão se iniciou, mais recentemente nos anos 2000, fazendo seminários e discussões com professores e alunos, trazendo experiências sobre instituições que têm cotas raciais, atuando para desmentir certos mitos como que os alunos cotistas não conseguiriam acompanhar o ensino destas instituições, etc.

No entanto, ele destaca que o papel fundamental na conquista das cotas foi dos coletivos de alunos e alunas negros e negras da universidade, do movimento negro, entre outros. “No abaixo-assinado, vários docentes de outras instituições apoiaram esta bandeira.”

FUTURO DE MUITA LUZ

As histórias de luta e resistência de grupos de estudo, de alunos, professores e também uso da arte por meio da música, dança, além do esporte impulsionam o Nera seguir adiante. A professora Maria Lucia ressalta que o Núcleo está caminhando para criar uma identidade que tenha a comunicação social como referência, a democratização dos meios de comunicação e a representatividade dos negros nos produtos e nas empresas de comunicação

como desafios. “Aqui na instituição estamos caminhando bem, com condições de ampliar esse debate para todo o Complexo Educacional FMU | FIAM-FAAM.”

Em um ano de atividades, o Nera já encontra um espaço amplo para discutir raça do ponto de vista do jornalismo, da publicidade e propaganda, a partir de oficinas de capoeira e grafite, de rodas de conversa sobre racismo, preconceito, mercado de trabalho, questões indígenas e de gênero, exposições de tecidos, bijuterias e artesanatos, até seções de cinema, programas de rádio e TV.

De acordo com Maria Lucia, para o próximo ano o Nera quer tem mais alunos envolvidos com o núcleo propondo ações, mais trabalhos de iniciação científica e de conclusão de curso com a temática racial e de gênero, a continuidade da revista Dumela, programas para a rádio e tv, mostra de cinema negro, além da inclusão de disciplinas nos currículos dos diversos cursos e uma formação para professores com a temática de gênero e raça. “O desafio da promoção da igualdade racial e de gênero, na escola, é contar com professores que não tenham medo de debater esses temas e que adotem a diversidade”, acredita Maria Lucia.

NERA: Uma Trajetória

Nessa linha do tempo você encontra todos os eventos organizados pelo Núcleo





A importância do NERA

“No meu entendimento acho importante a universidade ter um Núcleo voltado para as questões étnico-raciais para que professores, alunos e a própria instituição possam debater sobre racismo, preconceito, feminicídio e tantos outros temas. Assim podemos – através da discussão e reflexão – desconstruir pensamentos conservadores e preconceituosos. Estou no Nera há um ano e decidi participar porque partilho desse mesmo pensamento de que é preciso discutir e promover ações que informem o negro e a sociedade que existe desigualdade e que precisamos dialogar a respeito. Eu também faço parte da Coordenação Nacional de Entidades Negras (Conen) e de outros movimentos que atuam nesse contexto participando de reuniões, oficinas e atos que visem a promoção da igualdade racial.”

José França, aluno do 7º semestre de Jornalismo e monitor do Nera

“Vivemos em uma sociedade plural, somos frutos de uma miscigenação e ainda assim não sabemos lidar com toda essa diversidade. Considero o Nera importante pelo fato de que o racismo não é um problema de pessoas negras, ele é elemento da sociedade, por isso o debate deve envolver alunos, professores e demais funcionários. Dentro da academia, o núcleo é um bom espaço para falar, ouvir, aprender, desconstruir e reconstruir a fim de que respeitemos as diferenças e tenhamos uma boa convivência. Eu não falava sobre questões raciais e, por muito tempo, me neguei a ler a respeito. Mas no primeiro ano de faculdade, em conversa com colegas, passei a me questionar do motivo para esse desinteresse e entendi que essa postura era como um mecanismo de defesa. Meu pensamento era: quanto menos eu procurar saber, quanto menos eu falar, menos isso irá me machucar. Refleti que isso deveria mudar e contei com a ajuda de Andréia Pereira, minha amiga e de Cláudia Nonato (professora do curso de Jornalismo do FIAM-FAAM). Respeitando meu tempo, pois é um processo, elas me indicaram leituras e, no segundo ano de curso, Cláudia comentou sobre o Nera. Fui a uma oficina, me interessei e o encantamento foi à primeira vista, então decidi ser monitora no núcleo. Fiquei por um ano na condição de monitora; Participava dos eventos, ajudava na divulgação e cobertura. Fui tão bem recebida e acolhida por Maria Lúcia que não consegui me distanciar mesmo com a mudança na rotina e correria do dia-a-dia.”

Caroline de Jesus, aluna do 6º semestre de Jornalismo e monitora do Nera

“O Nera trata de um tema transversal que é importante e existe uma legislação que obriga as instituições a tratar dessa temática, mas é importante ressaltar que nós não nos apegamos em nenhum momento à obrigação. Não olhamos para a legislação, e pensamos, daí se tivéssemos pensado dessa forma, talvez estivesse fragmentado cada curso trabalhando um pouco para dizer ‘estou fazendo’ dentro de uma disciplina. Então o Nera estar dentro da escola de comunicação propicia essa desfragmentação, a gente consegue olhar para o todo e faz com que toda comunidade se envolva. Por isso a ideia de trazê-lo também para a FMU; isso enriqueceu os cursos, elevou o nível das discussões e fez com que nós pensássemos em tantas questões que até então não havíamos pensado. Com o Nera a gente passa a ter outros olhos para essas questões importantes da valorização da pessoa humana”.

Simone Maria Espinosa, diretora da Escola de Comunicação, Artes e Design



Acervo NERA
Encontro para discutir sobre Racismo

“Eu acho que o núcleo é um fomentador de problemas e para mim problemas não é uma coisa ruim. Ele fomenta a problematização desses temas que estão no nosso dia a dia e extrapola o seu papel entrando em sala de aula, trazendo, inclusive, para nós na gestão uma série de desafios. Tratar das temáticas étnico-raciais, de gênero, que precisa ser debatido e construído dentro de um núcleo também dá a devida importância para essas temáticas. O Nera estar vinculado à escola de comunicação também faz todo sentido para mim, pois é justamente onde devemos ter a formação de profissionais mais críticos, que vai jogar essas reflexões para as outras áreas, porque todos os nossos estudantes precisam debater, conhecer, se posicionar. Agora o desejo é que o Nera consiga transpor os muros da FIAM e avance, apoie as outras instituições do grupo Laureate para que essas discussões que são necessárias venham à tona. É papel da educação superior fazer isso, de trazer esses debates; isso ajuda na mudança de mentalidade”

Sara Pedrini Martins, Reitora

EU SOU UM SOBREVIVENTE



Texto: Carla Tôzo
Colaboração: Ana Caroline Oliveira da Silva
Fotos: Eduardo Viné Boldt

Oswaldo Antonio Faustino, 65 anos, queria ser ator quando menino, mas logo aos sete, oito anos percebeu que não havia “espaço” para atores negros. Acabou indo parar no jornalismo mais pela qualidade da escrita do que pelo “interesse”. “É como alguns casamentos. As vezes começam por acordos, interesses, mas depois o casal acaba se apaixonando”. Foi assim com Faustino. Se apaixonou por tudo que o jornalismo lhe trouxe. Nascido em 1952 na cidade de Mairinque, no estado de São Paulo, esse corinthiano roxo é filho de um ferroviário e de uma cozinheira. De família simples e bom de prosa e letras, optou por cursar comunicação social – ênfase em jornalismo- em 1975 aqui na Fiam.

“Eu entrei na Fiam quando o prédio ainda era lá no Jabaquara. Havia uma propaganda enorme sobre essa faculdade e só no último ano que foi lá no Morumbi. Nesse período todo eu aprendi muito e comecei a enxergar coisas que até não via”.

A começar pela política. Faustino tinha um colega que estudava na Fiam e na ECA e produzia um jornal chamado *Cobra de Vidro*. Era um jornal político em plena ditadura militar, além disso havia um professor. O professor Hélio Alcântara. “Eu nunca vou me esquecer. Ele parecia

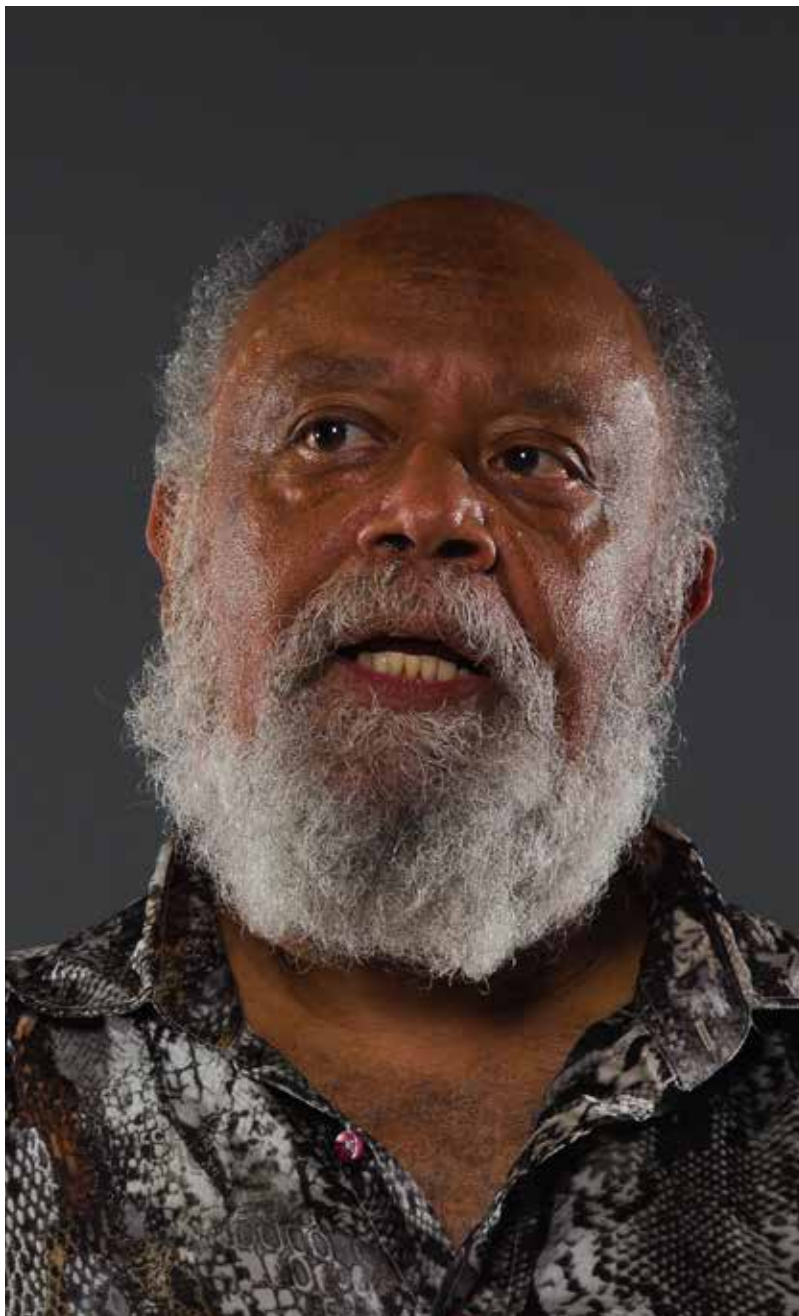
“Eu entrei pela porta dos fundos, entrei pelo que Percival de Sousa diz que é ‘a rede de esgoto do jornalismo’. Eu trabalhei com a realidade, cotidiano, a periferia, a rua e aí me convenci de que poderia fazer um jornalismo policial de qualidade”

Marx. Tinha cabelão e barba branca e a primeira fala dele na aula foi ‘tudo que vocês fazem é um ato político. A música que vocês ouvem, a roupa, o que comer’. Esse cara me encantou e eu que me considerava um mal aluno no segundo grau, aquele tipo que gostava da farra pensei ‘caramba! Agora a história é outra e a Fiam me proporcionou tudo isso.’, lembra. Foi na faculdade também que ele conheceu sua esposa Ana. Não havia muitos negros na faculdade naquela época (e ainda hoje infelizmente). “Era eu, a minha mulher e sua amiga inseparável Antonia, o Ubirajara e um outro rapaz que esqueci o nome. Professor não tinha nenhum”.

Entre no jornalismo pela porta dos fundos

Ao contrário dos dias atuais em que o estudante de jornalismo tem um caminho árduo em busca de um estágio, Faustino já trabalhava quando se formou em 1976. Era na Agência Folha. Aliás, de 1976 até 2008 o jornalista ficou desempregado apenas um mês.

Queriam um repórter para fazer polícia e ninguém queria isso. O glamour do jornalismo era ser repórter de economia, política. Eles trabalhavam com a consequência, mas Oswaldo trabalharia com a



“É claro que você se revolta, mas a vida me ensinou a tirar isso de letra e o jornalismo me ensinou mais ainda.”

no Estadão no degrau 1 e 26 anos depois eu sai no mesmo cargo. Será que não tinha valor para mudar de categoria?! Se não tinha porque não me demitiram?! Me conservaram ali, no mesmo lugar. Nos últimos cinco anos eu deixei de ser repórter 1 e virei sabe o que?! Radioescuta. Nossa! Fiquei tão feliz, mas tão feliz que falei que ia me dedicar muito para que me contratassem no ano seguinte”, conta com uma forte e longa gargalhada. Gargalhada?! Sim, mas ali tinha muito mais. Havia ironia, raiva, o reconhecimento de que a situação é

“Eu fiquei pensando ‘me livre porque sou velho’, como se não tivessem criminosos velhos, mas o pior é como esses jovens são tratados. Todos tiveram que descer do transporte e ficar ali com as mãos pra cima. Como voltaram pra casa?! Tinham dinheiro pra pegar outro transporte?! A pobreza tem cor, mora na periferia e é preta”

mais grave do que aparenta ser. Mas não teve mágoa, inclusive quando foi demitido fez questão de ir conversar com o Dr. Ruy. A secretária até se assustou: “falar com o Dr. Ruy?!”. Sim. “Eu trabalhei aqui 26 anos e não posso falar com ele?!”. Falou. Deu seu recado. “Eu não vim reclamar. Eu vim agradecer porque eu criei 5 filhos trabalhando aqui.

Deixei um recado pra ele. Eu entendo que o jornal me deixou ali fazendo o que ninguém queria fazer. É como o brasileiro que vai para os Estados Unidos. Aqui ele não quer fazer nada, mas lá lava banheiro. É. Eu estive ali esse tempo todo mantendo o banheiro limpo”.

Lidando com o racismo

“Eu sempre percebi, senti isso na minha vida”, diz. Mas as “coisas” não eram chamadas de racismo. Era preconceito, discriminação, falta de vaga... as palavras têm peso e ao usar

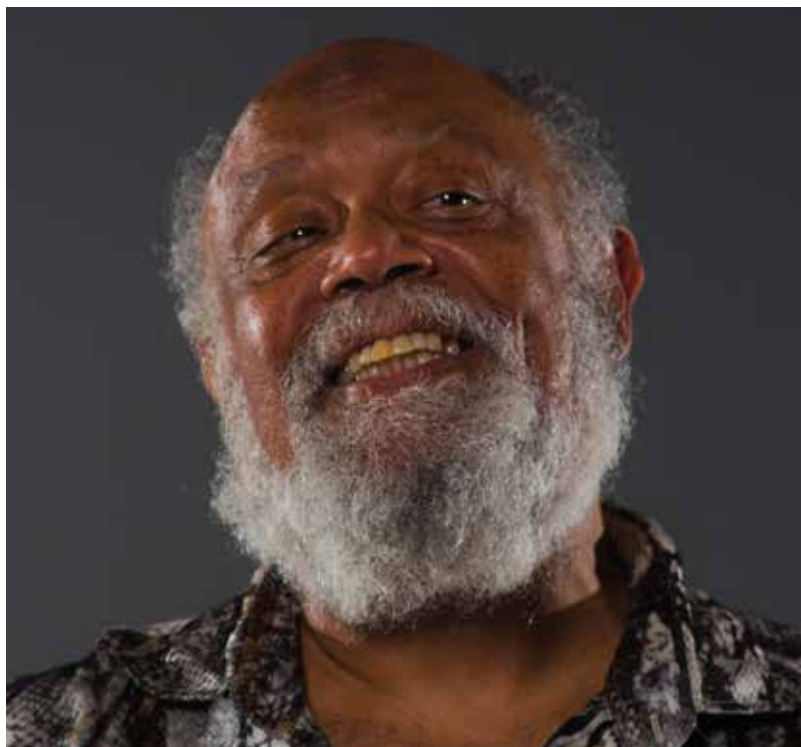
outros termos a situação parece se “amenizar”, mas quem sente na pele sabe que não ameniza.

Aos 19 anos se arrumou todo como sua mãe o ensinou. Fez a barba, penteou o cabelo direitinho e até colocou terno. Foi participar de um processo seletivo para trabalhar em uma associação de advogados no setor de arquivo. Fez o primeiro



teste de português e matemática, depois o de organizar o arquivo em ordem alfabética. Foi muito bem, segundo a secretária que o atendeu ao telefone. “Olha você foi muito bem. Não errou nada no teste e terminou a organização com o dobro de tempo do seu concorrente. Ele, por exemplo, errou muitas coisas em português e em matemática. Pode vir aqui amanhã pra fazer a entrevista”. E ele foi. Confiante. Conversa com o “chefe” que pede para aguardar mais uma ligação. Liga no dia seguinte. A resposta?! Não foi aprovado. “É claro que você se revolta, mas a vida me ensinou a tirar isso de letra e o jornalismo me ensinou mais ainda. Aí eu pensava ‘vocês que não sabem o cara maravilhoso que vocês perderam, azar de vocês’. Mas na hora dá muita revolta, mas na minha geração as pessoas não tinham coragem de reagir da forma que estão reagindo agora”.

Foi assim ainda em muitos outros momentos. Na carreira e na vida. “As minhas pautas nunca eram aprovadas. Sempre havia uma desculpa, tudo era mais importante do que eu apresentava, ainda mais quando havia dados de genocídio



de jovens negros e pobres”. Mas o jornalismo o salvou. As blitz eram amenizadas quando viam que o rapaz negro tinha carteirinha de jornalista. “Um dia eu e mais dois jornalistas – todos negros – estávamos em um táxi subindo a Consolação. Estava uma chuvarada que só. Vem a polícia e pede para parar e descer do carro e colocar as mãos para cima no muro do cemitério. Sim, embaixo da chuva. Quando viram a carteirinha disseram que podíamos voltar para o carro e que aquilo era ‘pra nossa segurança’. E quem não tem carteirinha pra se proteger?! Como é que faz?!”.

Oswaldo é taxativo ao afirmar que a “mídia é a cara da sociedade que a gente vive, que é a fotografia da sociedade que vivemos”. Hoje, aos 65 anos ainda vê muita coisa. Ele mora na Freguesia do Ó e usa transporte público. Um belo dia voltando para casa são parados por mais uma blitz. Todos os homens devem descer e colocar as mãos para cima. Ele por ser idoso é liberado e o comando pede para a perua seguir. “Eu fiquei pensando ‘me livre porque sou velho’, como se não tivessem criminosos velhos, mas o pior é como esses jovens são tratados. Todos

tiveram que descer do transporte e ficar ali com as mãos pra cima. Como voltaram pra casa?! Tinham dinheiro pra pegar outro transporte?! A pobreza tem cor, mora na periferia e é preta”, lamenta.

Outras funções

Sabe aquele sonho de ser ator? Bem. Ele já se realizou algumas vezes. Atuou na *TV da Gente*, de Netinho de Paula vivendo o personagem Tio Bah, um contador de histórias do universo negro infantil.

É colaborador há 20 anos da *Revista Raça*. “Aqui eu podia me realizar e falar de coisas que o jornal não me permitia. Falar sobre o negro. Como a revista tinha assuntos ‘leves’ como beleza, moda e etc, cabia a mim fazer a reflexão mais dura e séria sobre o negro”.

Oswaldo hoje está aposentado, mas integra a Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial do Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo – COJIRA, cuida dos netos e dá muitas palestras para jovens. “Vira e mexe me chamam para conversar com jovens – de escolas muitas vezes bem caras – para falar sobre o que vi, vivi, sobre o racismo. Como não faz parte da realidade deles, eles não

“Eu sou um sobrevivente, eu consegui passar por tudo”

imaginam de fato o que está aí fora, mas precisam enxergar e eu faço a minha parte”, acredita.

Também aproveita o talento para as letras que tem desde menino para escrever. E não são poucos os livros publicados até aqui. É co-autor – com Aroldo Macedo – nos *A cor do Sucesso* (editora Gente, 2000), *Luana, a menina que viu neném* (FTD, 2000), *Luana e as sementes de Zumbi* (FTD, 2004), *Luana, capoeira e Liberdade* (FTD, 2009) e *Luana e as Asas da Liberdade* (FTD, 2010). Pela editora Selo Negro/Summus tem a biografia do escritor e compositor Nei Lopes (2009) e *A Legião Negra dos Afro Brasileiros na Revolução Constitucionalista de 1932* sobre a presença negra na cidade de São Paulo, do final do século XIX às primeiras décadas do Século XX.

O ariano de Mairinque que tinha o sonho de ser ator e foi parar no jornalismo conseguiu vencer como ele mesmo gosta de reforçar. “Eu sou um sobrevivente, eu consegui passar por tudo”. Sim! Conseguiu.

Você sabe o que é macumba?

Por Caroline Queiroz*



Klhel Barboza

*Aluna do 6º semestre do curso de Jornalismo

A palavra tem origem Banto e é o nome dado a uma árvore da família das lecitidáceas, própria do solo africano. Com a sua madeira produziam um tipo de instrumento musical que passou a ser chamado pelo mesmo nome de sua matéria prima.

Por desconhecimento, o senso comum acaba generalizando e reduzindo tantas diversidades em uma coisa só. No intuito de explicar e fugir da generalização, batemos um papo com André Duarte, pesquisador e doutorando em Comunicação e Cultura. Então, se macumba é uma árvore e instrumento, porquê se referem assim às religiões de matriz africana? André responde e você confere aqui.

Dumela: Qual a origem da palavra macumba?

ANDRÉ DUARTE: Na diáspora, o povo banto (que veio de onde hoje é a Angola e o Congo) praticava um ritual sagrado em que havia o transe mítico e a manifestação de entidades que davam consulta. Esse ritual passou a ser denominado no Rio de Janeiro do século XIX e início do século XX de macumba pelas elites, provavelmente por causa do instrumento musical que fazia parte da liturgia. Os jornais da época disseminaram o nome, por ignorância mesmo, numa época em que as expressões culturais negras eram criminalizadas, e assim ficou. Os próprios descendentes de escravos

se apropriaram da palavra para se referirem ao culto, cuja organização em nada se assimilava ao conceito europeu de religião.

D: Quais as similaridades e diferenças entre a Umbanda e o Candomblé?

AD: Ambas são religiões brasileira se, assim como a macumba, ambas são palavras de origem Banto. Enquanto a Umbanda nasceu no Rio de Janeiro, através de um processo sincrético entre a macumba, o espiritismo kardecista, a jurema sagrada e o catolicismo popular, o Candomblé veio da Bahia congregando as divindades oriundas de diferentes tribos africanas que tiveram que se unir para sobreviverem em solo brasileiro. A Umbanda trabalha com os orixás indiretamente, através dos “caboclos de orixás”, que incorporam nos “cavalos” (médiums).

Já no Candomblé ocorre um processo diferente, onde os orixás se manifestam diretamente no transe mediúnico, mas não vem “de fora para dentro” e sim “de dentro para fora”, como se fosse uma “excorporação” ao invés da incorporação.

D: Quais simbologias estão presentes nessas palavras?

AD: Ancestralidade. Existe uma temporalidade não linear, circular, que une o passado, o presente e o futuro através de uma ética, que nada tem a ver com moral, mas sim com uma espécie de discurso do pai fundador da comunidade. O terreiro é o símbolo-maior dessa tradição sem tradicionalismo, que se atualiza de acordo com os novos significados dos símbolos no imaginário coletivo. As palavras Umbanda e o Candomblé são poéticas, foneticamente agradáveis

ao serem pronunciadas, portadoras de um axé próprio.

D: O que são os orixás?

Segundo Muniz Sodré o orixá é um princípio cosmológico, uma explicação mítica de como sua cabeça foi construída. Cada explicação cosmológica dessa tem uma divindade. No pensamento nagô os orixás são princípios cosmológicos que se atualizam liturgicamente como incorporais, apropriados pelos iniciados. Como os significados não tem corpo, eles estão excluídos do fluxo causal dos acontecimentos e se tornam condições de possibilidade de pré-existência dos corpos. Portanto, os incorporais são essas condições de possibilidade. E a vivência empírica dos incorporais se dá pelo transe.

D: O umbandista e candomblecista acredita em Deus?

AD: Sim. As duas religiões são



Kleli Barboza

monoteístas. Apesar das divindades intermediárias, há somente um criador, seja chamado Olodumare, Zambi ou Deus. Mas o criador da cosmovisão yorubá se desdobra em incontáveis orixás. Neste caso específico ele é um, mas não é uno. Isso parece estranho à ideia de unidade absoluta ao qual o Deus cristão foi atribuído.

D: O sincretismo religioso foi criado para a proteção e preservação dos rituais das religiões afro-brasileiras: os escravizados africanos relacionavam os seus orixás com os santos católicos para não serem punidos. Como se não bastassem serem arrancados de sua terra, ainda lhe cerceavam o direito ao exercício de sua fé. Qual a sua opinião sobre o privilégio branco que se dá, inclusive, nessa hora, pois ser macumbeiro e branco é mais “aceitável” do que negro macumbeiro.

AD: O processo sincrético no Brasil foi bem mais complexo. A gente aparentemente considera que o sincretismo entre orixás e santos católicos se deu única e exclusivamente por uma questão de proteção para que os negros fossem aceitos e perpetuassem seu culto. Não foi apenas por uma questão de proteção, pela própria característica do povo brasileiro, em relação a fé e a (quase) divinização dos santos católicos, esse processo se deu de forma muito natural. De fato há um privilégio de ser um macumbeiro branco, sofro menos preconceito, embora meu fenótipo não seja e eu não me considere branco. Um macumbeiro homem sofre menos preconceito que uma mulher macumbeira. O homem branco macumbeiro sofre menos preconceito que uma mulher negra macumbeira. Por ser heterossexual, eu sofro menos preconceito que um homem homossexual macumbeiro. Então, infelizmente, há um privilégio, mas não é uma questão da religião e sim uma questão da sociedade.

D: Uma vez que homossexuais não são bem vistos em religiões cristãs e levando em consideração as diversas questões sobre gênero na sociedade, como se dá este tema dentro da religião? Como é a

relação de LGBTs e os orixás?

AD: É uma questão muito interessante; há esse mito de que o rodante (praticante do candomblé) é homossexual, porque o candomblé congrega muitos travestis, transexuais. Além de tudo, há o estereótipo de que o rodante tem tendências homossexuais, sobretudo se ele estiver com um orixá de cabeça, uma divindade feminina. Na verdade não há nenhuma relação direta entre orientação sexual e filiação a um orixá. Então, se existe um expressivo número de praticantes homossexuais é por se tratar de uma religião que aceita a pessoa independente da orientação sexual. A umbanda é menos libertária, há casas mais conservadoras que não permitem homens receberem entidades femininas, mas eu vejo que a questão de gênero dentro dessas religiões faz com que as pessoas se conscientizem de que esse tabu é desnecessário.

D: Fale da época que o candomblé/umbanda era perseguido no Brasil; praticantes eram presos e os terreiros só foram deixados em paz depois da era Vargas.

AD: A era Vargas foi bastante repressiva com relação aos terreiros. Uma parte da umbanda se consolidou através da federalização e esse foi um diferencial, principalmente em relação ao candomblé. Como uma parte da elite abraçou a umbanda, tiveram um respeito maior ao governo e a ligação com a macumba carioca foi segregada justamente neste período, pois para sobreviverem e gozarem de relativa liberdade, foram obrigados a desafianizar seus rituais. Por isso, hoje, os rituais se assemelham muito mais ao kardecismo espírita, embora eu veja a umbanda como uma macumba cristianizada.

D: O sincretismo contribuiu para a demonização do orixá Exu?

AD: É muito curioso que Exu tenha sido o único orixá não sincretizado com nenhum santo católico. Isso porque ele é um princípio filosófico e cosmológico que difere completamente do maniqueísmo da visão do bem e do mal, logo ele não faz o menor sentido na visão cristã. Por este motivo ele foi demonizado,

De fato há um privilégio de ser um macumbeiro branco, sofro menos preconceito, embora meu fenótipo não seja e eu não me considere branco. Um macumbeiro homem sofre menos preconceito que uma mulher macumbeira. O homem branco macumbeiro sofre menos preconceito que uma mulher negra macumbeira. Por ser heterossexual, eu sofro menos preconceito que um homem homossexual macumbeiro. Então, infelizmente, há um privilégio, mas não é uma questão da religião e sim uma questão da sociedade.

ainda na África, pelos colonizadores. Eles viram uma entidade sendo cultuada com o símbolo de um pênis ereto, cercado de fogo, logo associaram ao demônio, ao diabo. Quando os yorubás chegam ao Brasil continua esse processo sincrético com o diabo. O senso comum considerou o exu com o diabo e a umbanda se apropriou dessa figura deturpada, mas no bom sentido de colocá-lo como o tal. Na época das senzalas os senhores de engenho tinham medo da imagem de exu e por isso permitiam os cultos, então historicamente essa demonização também foi responsável pela salvação desses cultos. Vale destacar que uma coisa é o orixá Exu, cultuado no candomblé, já na umbanda não se cultua orixá exu. Ele é o princípio da comunicação, sem exu não há comunicação.

D: Que visão o brasileiro tem das religiões de matriz africana para relacionarem-nas com “coisas do diabo”?

AD: Temos culturalmente uma herança católica que nos fala que para entrar no céu você precisa ser de determinado jeito. Baseado na psicologia younguiana tenho a teoria de que a pessoa projeta no outro aquilo que ela mesma não reconhece em si. Acredito que a intolerância tem um motivo psicológico: a pessoa vê, principalmente no exu, aquilo que ela foi obrigada a cortar de si própria. Este processo é doloroso e gera uma

culpa. Estamos passando por um grave período de intolerância religiosa; a culpa é o principal responsável pela intolerância. A pessoa enxerga nas religiões afro aquilo que ela gostaria de sentir: alegria de saber que não existe o certo, o errado e o pecado. Com isso, não permite que outras pessoas tenham algo que não lhe é permitido ter e partem para cima.

D: Comente quais os desafios de você, branco, que se autodeclara macumbeiro (vi um post seu no

Facebook) estudar esse assunto. Como surgiu o seu projeto? Qual a importância para desconstruir estereótipos?

AD: Eu fui criado em um terreiro de umbanda e desde pequeno tive muita familiaridade com o trabalho das entidades, então aquilo para mim sempre foi muito normal. Quando eu fui crescendo, fui descobrindo meu próprio caminho e a intelectualização dos conceitos espirituais foi muito importante. Mas em determinado momento eu cheguei a olhar para esse

meu lado macumbeiro de uma forma pejorativa porque, de alguma forma eu assimilei um discurso de que nada disso era necessário. Recentemente tive a grata surpresa de conhecer o candomblé, filosófica e intelectualmente. Me divido entre as duas religiões e um dos caminhos políticos é me reconhecer como tal e transmitir essa mensagem, minha identidade macumbeira. É muito orgulho. Assim me posiciono e tento desmistificar a demonização dessas duas religiões.



Klel Barboza

MESTRADO 2018

A ESCOLHA DO SEU MESTRADO NÃO PODE SER NA BASE DO “TANTO FAZ”.

Conheça os Programas
da FMU e inscreva-se.

FMU
COMPLEXO EDUCACIONAL

MESTRADO ACADÊMICO

- Mestrado em Administração
- Mestrado em Direito da Sociedade da Informação

MESTRADO PROFISSIONAL

- Mestrado em Administração em Governança Corporativa
- Mestrado em Jornalismo **(FIAM-FAAM)**
- Mestrado em Projeto, Produção e Gestão do Espaço Urbano **(FIAM-FAAM)**
- Mestrado em Saúde Ambiental
- Mestrado em Saúde e Bem-estar Animal

Acesse: fmu.br/mestrado



Do analógico ao digital. 45 anos dos cursos de Jornalismo e Publicidade

Por Edilaine Felix* - Fotos: Black Sete, Gabriela Silva, Ingrid Guimarães e Piero Sbragia.

Desde 1972 formando comunicadores, o FIAM-FAAM – Centro Universitário tem memórias e muito o que comemorar



Arquivo da Instituição

Há mais de quatro décadas, em 1968, o FIAM-FAAM surgia na cidade de São Paulo. Em 18 de março de 1969, a mantenedora das Faculdades Integradas Alcântara Machado (FIAM) incorporou a Associação Paulistana de Educação e Cultura, primeira mantenedora da Faculdade de Artes Alcântara Machado (FAAM). Em 1972, o FIAM passa a oferecer os cursos de Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo e Publicidade e Propaganda, dando início a uma trajetória de sucesso no campus Jabaquara e posteriormente para a sede atual, no Morumbi. Em 2002, o FIAM-FAAM é credenciado como Centro Universitário. Hoje, os

cursos somam 2.990 alunos – 1.220 de jornalismo e 1.770 de Publicidade e Propaganda –, e 80 professores. E nesses 45 anos são muitas as histórias de pessoas que passaram pelos cursos, formando e sendo formados. Na escola de comunicação desde 1975, a professora do curso de jornalismo, Ana Tereza Pinto de Oliveira, faz parte dessas memórias. Ministrando aulas de Laboratório de Redação para alunos de jornalismo a partir de 1983, ela não consegue contabilizar quantos alunos formou. Formação que ela não acredita ser responsável: “eu não vou dizer que eu formei, pela minha mão passou... Eu nunca pensei nisso, mas seguramente

Da esquerda para a direita: Ricardo Correa, Paulo Sampaio, Cássia Ferreira, Marcos Nunes, Tereza Imperiale e Beatriz Saragoza.



uns 5 mil, 6 mil talvez. É muita gente”, diz a sorridente e mais lembrada professora da casa.

Na verdade, se nesses 34 anos apenas no curso de Jornalismo (lembrando que nos seus primeiros oito anos na instituição ela ministrou aulas para outros cursos) ela tivesse dado aula para 100 alunos – número esse bem abaixo da expectativa, uma vez que a própria professora disse que já chegou a ter 100 alunos em uma sala -, seriam mais de 40 mil alunos.

Depois de 42 anos, Ana Tereza conta que teve alunos marcantes. “Aluno que se destaca e que me ensinou a ser gente, quando o professor aprende com

o aluno. Eu tive uma aluna maravilhosa que depois se tornou minha amiga, a Ingrid, e que me ensinou muito, me ensinou a ser gente.” Para ela, isso é uma motivação para seguir. “Eu não seria outra coisa, eu só seria professora”, diz Ana Tereza.

Outro ar

Para a reitora do Complexo Educacional FMU | FIAM-FAAM Sara Pedrini a comunicação respira um outro ar: “É uma informalidade que se organiza, alunos que aceitam as diferenças”, diz Sara que destaca os processos adotados pela instituição para valorização dos alunos e professores: “tendências, atualidades e uma matriz mais interdisciplinar que dê conta de competências que o profissional

necessidade dos profissionais da instituição e de quem faz a gestão dos cursos, dos professores, de estarmos muito atentos às mudanças e rapidamente levarmos isso para a sala de aula. Isso é super importante, professores atualizados, vinculados ao mercado, estudiosos das mudanças, que acompanham as tendências e conseguem levar isso para a sala de aula, é isso que faz a diferença nos cursos de Jornalismo e Publicidade do FIAM-FAAM”, diz Sara.

De acordo com Simone, é preciso ter um olhar cuidadoso para a matriz curricular desses cursos, para que desde o primeiro semestre o aluno consiga enxergar que o curso está muito próximo ao

de comunicação precisa ter”.

A diretora da escola de Educação, Comunicação, Artes e Design, Simone Espinosa, concorda e salienta a criticidade dos alunos de jornalismo e publicidade. “A comunicação do FIAM-FAAM teve um auge, sempre foi extremamente reconhecida, sempre com excelentes profissionais, uma referência em São Paulo na formação de profissionais da comunicação e hoje vejo a escola florescendo novamente.”

A área de comunicação se transforma muito rapidamente, com novas tecnologias e nova abordagem para transmitir a informação. “É uma

mercado de trabalho.

Diferenças

Ter um núcleo de estudo, o primeiro da instituição, que discute a temática étnico-racial também é um dos destaques destes 45 anos. Segundo Simone, o professor precisa lidar com essa diferença em sala de aula e essa é uma característica também importante no FIAM-FAAM. “Enxergo no corpo docente, quase que uma cultura, essa flexibilidade em lidar com as diferenças, o respeito.”

Formada em jornalismo no FIAM-FAAM no ano 2000, Joyce Ribeiro fala sobre a necessidade de trabalhar com essas diferenças. Ela recorda que,

sempre quis fazer telejornalismo e sem referências de professores, colegas negros, as referências eram Glória Maria, Zileide Silva, Dulcineia Novaes, três jornalistas da mesma emissora de TV. “Mas eu perguntava: e as outras? A gente não via, não conhecia. A gente precisa ter em que se espelhar. É difícil a gente vislumbrar sem saber como fizeram antes”, diz.

Joyce iniciou a carreira de jornalista como estagiária na televisão da LBV (Legião da Boa Vontade) e ali ela aprendeu o passo a passo de jornalismo televisivo, atuou como produtora, pauteira e começou a fazer apresentação. “Não tem nada fácil na vida. Qualquer caminho seria bem complicado. Para mulher

Eu posso chegar lá e dar um passo a mais. Espero que minhas filhas, não sei que área vão seguir, mas que tenham um outro cenário, que comecem de um outro ponto, porque outros arriscaram e esse é o grande ganho da nossa geração.”

Para o coordenador do curso de Jornalismo do FIAM-FAAM, Vicente Darde, esses 45 anos demonstram que antes de mais nada essa instituição forma bons profissionais para o mercado de trabalho. E, segundo ele quando falamos em bons profissionais, não estamos apenas falando daqueles com competências e habilidades para o mercado, com todas as técnicas, mas sim profissionais que tenham senso

Da esquerda para a direita: Edson Dias, Vicente Darde, Simone Espinosa, Sara Pedrini, Ana Teresa Pinto de Oliveira.



é complicado, para mulher negra é mais complicado ainda.”

Com lembranças carinhosas da época do curso de jornalismo, no final dos anos 1990, Joyce recorda de nomes de professores – alguns de ainda estão na instituição –, e dos avanços no mercado de trabalho, que hoje tem alguns profissionais negros em frente a câmera, mas que ainda é infinitamente reduzido e não expressa nada da nossa sociedade.

“As coisas vão acontecendo muito lentamente, mas é bom pensar que as gerações futuras vão enxergar novos profissionais negros na televisão. Eu acredito que nós teremos mais força.

crítico e ético que é preponderante para o mercado jornalístico.

De acordo com Vicente, o curso de jornalismo sempre pensou na formação do aluno, alinhados ao mercado e também em cumprir com as diretrizes curriculares – documento que baliza o ensino de jornalismo no Brasil –, que traz necessidades indispensáveis para a nova formação.

“Pesquisa da rede Laureate mostra que a cada 10 alunos, sete estão empregados em sua área de atuação. Esse dado é relevante para termos um retorno do trabalho feito, principalmente quando os egressos contam a credibilidade do FIAM-

FAAM para o mercado e isso demonstra que estamos no caminho certo, fazendo um bom trabalho nos últimos 45 anos.”

Sem nem imaginar uma carreira acadêmica, ao se formar em jornalismo no FIAM-FAAM, em 1985, Marcos Nunes, o Marquinhos, jornalista e professor de Radiojornalismo é docente da casa desde 2001. “Ao sair do FIAM-FAAM eu já estava no mercado de trabalho e não vislumbrava qualquer perspectiva de ser professor. Foram 23 anos atuando como jornalista em rádio, nas rádios Jovem Pan e Bandeirantes.”

Ele conta que, em janeiro de 2001, trabalhava na rádio Bandeirantes e o Antonio Freitas (jornalista da Jovem Pan e professor do FIAM-FAAM) telefonou para ele pedindo parceria em umas aulas de rádio que ele ministrava. Ele recusou o convite, pois não imaginava uma carreira docente. No entanto, Freitas já havia falado com a coordenação e Marquinhos decidiu ir conversar com a coordenadora do curso de Jornalismo da época. “Entreí no prédio, lembrei da minha época de aluno, senti saudades, carinho, mas ainda não acreditava nessa carreira”, conta rindo Marquinhos, que desde

o mercado de trabalho. “Comecei como assistente de marketing de uma grande construtora na época e aí começou toda a minha carreira na área atendimento publicitário. Em 1987 eu fui convidada pelo coordenador, que tinha sido meu professor aqui, aceitei e fui dar aula de pesquisa de mercado”, lembra Cássia, que ficou apenas um ano na docência, depois que recebeu uma proposta para voltar ao mercado publicitário.

“Mas em 1996 voltei e estou aqui até hoje. São 22 anos. São 22 anos de muita parceria, convivência com profissionais e colegas de

e tristeza, orgulho, despedida, mas uma certeza de dever cumprido e de ter feito o melhor possível nessa parte da história de cada um dos nossos alunos que é tão importante.”

Etapa essa que mesmo após concluída dá a ela uma imensa recompensa. “Eu vejo eles hoje no mercado de trabalho felizes, fazendo sucesso e essa é a maior gratificação que eu como professora posso ter, de ver a colaboração, empenho, dedicação e os frutos que tudo isso dá. Fico muito feliz com isso e por essa profissão poder me dar esse retorno.”

Outro apaixonado é o publicitário e professor de criação do curso de



Arquivo da instituição

então é professor de Radiojornalismo. A carreira de docente começou a fazer cada vez mais sentido para Marquinhos e ele, em 2003, deixou a rádio e começou a se dedicar exclusivamente à vida acadêmica. “Ver o aluno no mercado de trabalho, se destacando e mostrando que não é só o profissionalismo, mas também, o caráter sendo mantido desde a época acadêmica, me deixa muito orgulhoso”, diz.

Paixão

Cássia Ferreira entrou no curso de PP do FIAM-FAAM no ano de 1973. Aluna da segunda turma, formada em 1976, ela nunca deixou

grande competência e generosidade fazendo com que eu evoluísse muito como pessoa, como profissional. As lembranças que eu tenho são muitas”, recorda Cássia, que durante esses anos, foi professora nos cursos de Administração, Moda e Publicidade de Propaganda – no qual ficou a maior parte do tempo. “Nesse período aqui, fiz muitas amizades, tenho muitos amigos, só lembranças boas.”

Nesses 22 anos, ela destaca 15 anos como professora orientadora de trabalhos de conclusão de curso (TCC) de publicidade e propaganda, o qual destaca ser uma fase de convivência intensa com alunos e também repleta de emoção, “uma mistura de felicidade

PP, Ricardo Correia. “Eu tenho uma paixão muito grande pelo FIAM-FAAM. Eu construí minha vida aqui e eu não saí da faculdade. Eu estou aqui desde 1995, quando entrei na faculdade de PP como aluno, e depois como professor”, conta o detalhista nas lembranças. Ricardo começou a trabalhar no FIAM-FAAM em 11 de março de 1997. A função? Dar suporte para a professora Ana Tereza nos laboratórios de informática – que eram três, pois o restante ainda eram máquinas de escrever.

Formado em 1998, no ano 2000, o coordenador do curso perguntou se Ricardo gostaria de ser professor. Interessado na proposta ele começou

a ser professor adjunto, auxiliando o professor titular. “O professor que eu fui auxiliar era o filho do Maurício de Souza, o Maurício Spada (falecido em 2016), na disciplina de criação”, diz. Correia diz que nunca imaginou esse caminho, que seria professor e que teria hoje tamanha paixão pela docência, “que virou amor e ficou sério”, brinca. Ele recorda de muitos nomes de professores que deram aula para ele, que continuam na faculdade e hoje são seus colegas. “José Alves Trigo e Cássia Ferreira são alguns. Quando me tornei professor precisei conquistar meu espaço, mudar a visão de que não é mais aluno e que agora são colegas de trabalho.”



Um apaixonado pelo impresso, que aprendeu o que a tecnologia pode fazer para melhorar o trabalho da publicidade. Sempre atuando como freelance no mercado publicitário, Correia permanentemente está preocupado em trazer para os alunos as tendências e os avanços que, principalmente, a tecnologia traz para o mercado publicitário. “Devemos ser livres e respeitar o outro. Quem trabalha com comunicação, não pode ter preconceito. A sociedade brasileira é muito preconceituosa, mas o preconceito não cabe na publicidade”, diz o professor de criação publicitário e umbandista. Para o coordenador do curso de

Publicidade e Propaganda, Edson Dias, é muito positivo ver no quadro de professores da casa docentes formados na instituição, que foram para o mercado e que voltaram para fazer essa troca. “Conheço grandes profissionais de outras instituições que passaram por aqui e outros que são referência no mercado publicitário que foram alunos daqui, sabemos que o FIAM-FAAM tem um peso no mercado, isso pela qualidade do curso, pelo trabalho durante esses 45 anos, e dos profissionais formados aqui e que se destacam.”

Edson está na coordenação de PP desde março de 2017 e, segundo ele,



Arquivo da instituição

o grande diferencial do curso são os trabalhos integrados, que têm o objetivo de aproximar os alunos da prática profissional. “Os trabalhos interdisciplinares permitem ao aluno treinar esses processos e se preparar para o mercado de trabalho.”

Dois lados

Professora há 16 anos, formada em Publicidade e Propaganda em 1996, Tereza Imperiale foi aluna, professora e atualmente é docente e coordenadora adjunta. “Eu fui aluna e iniciei minha carreira na casa quando a instituição era administrada de forma familiar; passei pelo período da criação de muitas faculdades de comunicação, a

pulverização e entrei para a coordenação com a chegada da Rede Laureate, numa gestão mais global.”

Segundo Tereza, ter sido aluna, professora e assistente de coordenação ajuda a entender o processo de reestruturação da escola e do curso, de valorização do profissional nessa nova administração. E neste processo de reestruturação, ela destaca a importância do Nera: “estamos passando por um processo de mudança, de posicionamento, coisas que antigamente não eram tratadas, que não era dada a devida importância. Hoje, a partir do momento que teve o núcleo, já faz tão parte que parece que ele sempre existiu.” Paulo Sampaio, professor de PP destaca

as mudanças percebidas nos 14 anos de casa. “Eu acho que o ensino se profissionalizou mais, hoje tem iniciação científica, uma metodologia mais bem elaborada, tem grupos de estudo, como o Nera, oficinas para o aluno complementar o curso, muitas oportunidades que antigamente não eram oferecidas, além das melhorias em infraestrutura”, diz.

O campus do Morumbi também está nas memórias afetivas de Paulo. “Era muito acolhedor, eu comecei lá”, diz. Quando Paulo iniciou na docência, ele já tinha mais de 20 anos de experiência no mercado de marketing e para ele ensinar, transmitir experiência é muito gratificante. “Sempre fomos um curso muito bom, muito forte, reconhecido no mercado”, completa.

Persistência

Laise Alves, formada em Publicidade e Propaganda em 2014, também evidencia a importância de ter um núcleo para discutir a temática étnico-racial nas universidades. “Durante o período da faculdade, nós éramos 3 negros em uma sala de 45 alunos estudando PP”, diz a social media da agência Twist. Ela lembra que quando decidiu cursar a faculdade o pai dizia: “essa não é profissão para preto”.

Com lembranças de muito estudo e dedicação durante os 4 anos de curso, Laise, que sempre teve aptidões para a publicidade, naturalmente se

destacava em sala de aula. “Não era só tirar a nota, era tirar a melhor nota, era sempre apresentar um bom trabalho. Representatividade conta muito, ter em quem se espelhar, o que infelizmente dentro da faculdade no meu período eu não tive. Eu não tive a referência de uma pessoa negra para seguir, mas depois que entrei no mercado descobri pessoas negras que fazem um trabalho brilhante.”

Consciente da importância da formação e das transformações do mercado da publicidade, Laise também reconhece as dificuldades de afirmação e assim como Joyce Ribeiro, no final dos anos 1990, no jornalismo, Laise identifica os percalços. “Se já é difícil para mulher e para o negro, para a mulher negra é mais difícil ainda. Mas tem aparecido ações afirmativas, de algumas agências, o mercado descobriu, finalmente, que quanto mais diversidade nas empresas melhor os resultados. Principalmente no mercado de publicidade, no qual é preciso ter várias visões para atender melhor o público. O mercado está se posicionando de uma forma de aumentar a diversidade”, diz a jovem.

“Eu vejo pessoas. Eu tenho dificuldade para definir se tal aluna era negra ou japonesa ou qual era o sobrenome. Eu sempre quis saber quem eram as

pessoas.” Há 21 anos dando aula para alunos dos primeiros semestres dos cursos de publicidade e propaganda a professora Beatriz Zaragoza, a Bia, ressalta como positivo, nesses anos de docência, a diminuição da distância entre aluno e professor. “Você deixa de estar num pedestal e ele fala de um ser humano para outro ser humano.”

As emoções e alegrias de ser professora são inúmeras. Bia revive algumas, como quando foi professora de jovens que foram seus alunos no ensino e médio e de sua filha mais nova no curso de jornalismo do FIAM-FAAM. “E fui substituir um professor e era a turma da minha filha, foi uma experiência muito gostosa e eu, inclusive, entreguei o diploma para ela na formatura.”

Para ela, as alegrias dos 21 anos de FIAM-FAAM vão além das lembranças de alunos. São recordações também da solidariedade dos colegas. De colegas que foram seus alunos. “Descobrir que estava com câncer este ano e a postura dos colegas comigo foi de muito carinho, de carregar no colo, de atenção, atitudes que eu não esperava. São coisas que me deixam muito feliz, saber que estou num ambiente no qual as pessoas se preocupam com as pessoas.”, ressalta.

Mais 45?

“Já temos que produzir o futuro e nos anteciparmos. Vejo que o FIAM-FAM tem feito isso e tem apoiado a FMU, instituição irmã, mais tradicional pelos cursos, história”, diz a reitora do Complexo Educacional FMU\FIAM-FAAM, Sara Pedrini, que afirma que a instituição tem ajudado muito os professores e os estudantes a encarar os novos desafios. Pensar no quem acontecendo, quais são as expectativas dos alunos, no perfil do egresso, do aluno que queremos formar, olhando para o mercado de trabalho e para essa movimentação que ocorre no mundo. Esses são os propósitos dos cursos de jornalismo e publicidade, de acordo com a diretora da escola de Comunicação, Educação, Artes, Designs e Moda, Simone Espinosa. Por sua vez, o coordenador do curso de Jornalismo, Vicente Darde aponta o tripé que considera muito importante nesses 45 anos: ensino, pesquisa e extensão. “Levar o mercado para dentro das salas de aula e laboratórios, mas também pensar o mercado de uma forma crítica, de que forma podemos pensar nossas práticas e experimentações dentro da instituição. Na pesquisa estamos incentivando a iniciação científica, a monitoria, e poder repensar as práticas jornalísticas. No mestrado profissional em jornalismo, o primeiro do sudeste do Brasil e um dos cinco do País, demonstrando uma visão positiva do jornalismo. Na extensão a proximidade com os egressos e ações com a comunidade em geral, a sociedade, ações de responsabilidade social.” Há dois anos coordenando o curso de jornalismo, Darde destaca a reformulação da matriz curricular, as atividades para os alunos fora de sala de aula, os cursos livre de extensão, as atividades de monitoria, da rádio FIAM-FAAM. De acordo com ele um ambiente que propiciou a criação de núcleos de ensino e pesquisa, possibilitou que alunos participassem de outros cursos e projetos, como os do Sebrae, da Semana Estado de Jornalismo, do jornal O Estado de S. Paulo, parcerias com a Folha de S. Paulo, a TV Record, com profissionais debatendo o mercado de trabalho com os alunos. “São ganhos que nos últimos anos vem fazendo a diferença, porque o mercado tem exigido muito mais do aluno e ele precisa de formação complementar e essa aproximação com o mercado.”

“A Interculturalidade pode integrar povos e etnias”, provoca geógrafo

Por Isadora Camargo



Arquivo Pessoal

Ondas separatistas, racismo, homofobia, preconceitos contra minorias são alguns dos grandes problemas geopolíticos do mundo contemporâneo, que, em parte, podem ser causados por meio de reações discriminatórias em massa ou por falta de políticas governamentais de integração social e cultural.

Assim, eis o desafio de oferecer protagonismo aos diferentes povos e etnias. Mas como? De acordo com o geógrafo e professor mestre em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP), Rodolfo Chagas, a “interculturalidade é uma meta ideal dos Estados-Nação”, que promove combinação entre culturas diferentes por assimilação respeitosa dentro da estrutura social, valorizando o papel das minorias.

O professor defende que o conceito de interculturalidade pode ser utópico, já que integração representa um

mundo perfeito, mas, ainda assim, pode-se sonhar com menores práticas discriminatórias em sociedade com valorização e participação das camadas minoritárias.

Para ele “a interculturalidade é essencial para disseminar a tolerância, o respeito ao outro, o respeito as diferenças, combater o etnocentrismo, a xenofobia, a misoginia, o racismo e todos os preconceitos, por isso seria uma utopia, já que representaria um mundo perfeito. Mas é um avanço que prega a integração das diferenças em um mundo dividido entre minorias e maiorias para que haja diminuição das práticas discriminatórias”.

Dumela: O que é interculturalidade?

Rodolfo Chagas: A interculturalidade seria o nível mais avançado da integração das diferenças. Por exemplo,

quando se fala em política inclusiva para grupos que dependem ou demandam mudanças espaciais, como deficientes físicos que precisam, de fato, serem incluídos, já que o mundo não foi concebido para este tipo de diferença, há criação de políticas para essas pessoas como o nivelamento de uma calçada, placas em braille nos elevadores, etc. Mas, imagina o absurdo que seria criar uma política inclusiva para índio ou para negro? É perverso, pois estaríamos pressupondo que eles são excluídos e que haverá uma imposição para que vivam como a maioria e isso não é integração onde as minorias também têm contribuições. Embora isso seja utópico e a maioria acaba ditando parâmetros e princípios de um povo, a interculturalidade pode reconhecer e valorizar as diferenças de minorias e grupos que não são perfeitamente designados dentro do que entendemos como cultura majoritária de um país. A maioria geralmente é uma, as minorias são centenas, milhares.

D: Qual a diferença entre multiculturalidade e interculturalidade?

RC: O multiculturalismo é o reconhecimento de que existem diferenças étnicas e culturais em um determinado território. Via de regra os países são multiculturalis porque os limites étnicos das nações não coincidem com os limites políticos. Nos países continentais, por exemplo, existem multiplicidades que pode ir de duas a centenas de etnias e, portanto, o multiculturalismo é o reconhecimento destas diferenças. A grande questão é que o multiculturalismo, dependendo da

forma que ele é articulado e estruturado dentro de um Estado-Nação, pode sobrepor uma determinada cultura sob as demais. Em tese, os diferentes podem não se integrar, ainda que possam se reconhecer e isso depende muito da forma como o multiculturalismo é aplicado em um país. O que se fala muito é que o multiculturalismo pode fomentar a fragmentação social, como se criasse caixinhas de quem sou eu, quem é o outro e a que grupo pertence. Já a interculturalidade é um passo a frente do multiculturalismo, que prega a integração das diferenças. É como se um chinês vivesse no Brasil e, antes de ser julgado como porco porque cospe no chão, teria a possibilidade de compreender que este comportamento não funciona no Brasil de tal forma que não precisasse se transformar em uma pessoa diferente, mas se adaptar.

D: Então são conceitos antagônicos?

RC: Interculturalidade e multiculturalismo não são necessariamente antagônicos, depende da forma como eles são aplicados. A interculturalidade é uma evolução do multiculturalismo. Em alguns momentos podem ser antagônicos, por exemplo, ao pensarmos em um país que reconhece as diferenças, mas não as integra e prega a segmentação dos povos favorecendo a fragmentação social, então, a interculturalidade seria um conceito antagônico. Mas também pode ser complementar, por isso é difícil de definir. É preciso muito cuidado quando se fala em política inclusiva para gays, mulheres, negros, índios

construção daquela sociedade.

D: Quais as principais pesquisas sobre interculturalidade?

RC: A interculturalidade é um conceito muito novo. Existe um autor chamado Milton Bennett, criador da *Teoria do Iceberg*, que entende a ponta do iceberg como o local onde está a nossa percepção imediata de um estrangeiro. Então, quando um estrangeiro vem para o Brasil, o que ele considera ser brasileiro? Nós temos a língua portuguesa, as noções de que o Brasil é a terra do futebol e do samba, temos a Bossa Nova, rimos alto, entre outras características e percepções que são imediatas para quem não é daqui. E o que está por debaixo da água no iceberg? Seriam nossas noções de justiça, regras de limpeza, noções de felicidade, regras de beleza, relações com animais, com o ambiente, relações patrão e empregado. Questões que o estrangeiro só vai entender depois de um tempo de convivência com o brasileiro. Este convívio é facilitado quando existe a vontade da maioria em integrar com a minoria, caso contrário, ele pode demorar e gerar muito mais preconceito.

D: O Brasil é um país que respeita a diversidade cultural?

RC: Por natureza somos um país formado pela diversidade, mas é difícil falar que se respeita toda e qualquer diversidade. Uma mulher tem a opção de casar sem ser de branco? Invariavelmente as pessoas não vão fazer uma reflexão sobre ela? As

Paulista, mas isso não é notícia, não é tão importante. Por isso, não dá para dizer que a gente não respeita, porque estaríamos traindo nossas origens, mas somos muito desonestos com as nossas diferenças. Podemos elencar vários patrimônios tombados no Brasil, mas quantos destes estariam ligados à cultura negra ou indígena? A maior parte deles está associada à cultura branca. Posso reconhecer que eles são importantes, mas esta valorização é muito estereotipada.

D: E qual o impacto dessas escolhas para o futuro?

RC: O impacto é a disseminação das práticas discriminatórias, etnocêntricas, misógenas, homofóbicas. Se não fizermos nada vamos perpetuar essas práticas muito rapidamente até que elas se consolidem. Se não falar de interculturalidade e integração das minorias, muito rapidamente as maiorias vão passar como um furacão sobre as minorias. Se começarmos falar, no futuro pode haver uma integração de fato.

D: O que fazer para tentar lidar com o problema de integração?

RC: Educação, incentivo à cultura e à cidadania. Não dá para responsabilizar somente o Estado por disseminar as práticas de integração, isso deve partir do indivíduo, mas seria muito interessante se o Estado pudesse criar mecanismos dentro do ensino para que houvesse integração. Mas o Estado tem um revés contra ele que é o fato de ser responsável por definir

Se não fizermos nada vamos perpetuar essas práticas muito rapidamente até que elas se consolidem. Se não falar de interculturalidade e integração das minorias, muito rapidamente as maiorias vão passar como um furacão sobre as minorias. Se começarmos falar, no futuro pode haver uma integração de fato.

porque se pode pensar que eles não estão enquadrados no que seria ideal, no que já está incluído. Portanto, os conceitos nem sempre são antagônicos e nem sempre complementares.

D: Qual a importância de se entender e aplicar a interculturalidade no contexto brasileiro?

RC: A interculturalidade é importante em qualquer contexto. É como se todas as culturas, todos os povos, etnias e minorias tivessem algum tipo de protagonismo, podendo contribuir para

pessoas podem mencionar que ela está linda, que ela é ousada por casar de outra cor, mas como branco representa virgindade, aí estará um julgamento do que aquela noiva é ou não é. São Paulo é um bom exemplo para entender a diversidade. Será que em toda a cidade a gente respeita as diferenças como respeitamos na Avenida Paulista? Acho que não. Porque a Paulista é um terreno libertário, progressista, um terreno de respeito, então lá um gay não pode tomar uma 'lampadada' na cabeça. Mas quantos gays levam tiro fora da

o que é ser um cidadão pertencente àquele país, então, de repente, pode se definir na constituição o que é ser um brasileiro, mas quando se começa a fazer concessões para integração das minorias, é como se estivesse traindo a ideia inicial do que é ser um brasileiro, o que denota a dificuldade do Estado em ser o único ator que pode fomentar a integração. Outra questão é o incentivo a políticas interculturais, que não são muito aparentes. Apesar de reconhecer essas diferenças, não se propõe à integração, lado perverso da questão.

Conheça os Núcleos de Estudos do Complexo FMU/FIAM-FAAM:



FIAMFAAM

A portrait of Laise Alves, a woman with dark hair, smiling and wearing a blue top and earrings. The background is a dark, neutral color.

LAISE ALVES
Publicitária
Egressa 2014

Minhas memórias Minha identidade...

Por Eduardo Viné Boldt



OSVALDO BELO
Jornalista
Egresso (1987)

Memórias, Identidades e Ofícios é uma ação do Nera com o objetivo de coletar memórias de pessoas e disponibilizar esses relatos no site do Complexo Educacional FMU/FIAM-FAAM, fomentar o debate sobre a temática étnico-racial na comunidade acadêmica, bem como resgatar as lembranças e memórias dessas pessoas. Nessa primeira fase do projeto são 12 narrativas de estudantes ou jornalistas e publicitários egressos pelo FIAM-FAAM Centro Universitário que compartilharam lembranças da vida acadêmica e também sobre o mercado de trabalho. Alegrias, medos, revolta, coragem e resistência são sentimentos que permearam a vida e a carreira dos nossos convidados. Aqui nesse ensaio selecionamos quatro personagens para você ter um gostinho do que é o projeto.



JOYCE RIBEIRO
Jornalista
Egressa 2000

A portrait of Ronei Santos Lúcio, a man with a beard and glasses, wearing a grey button-down shirt. He is looking upwards and to the right with a slight smile. His hands are visible at the bottom of the frame, gesturing as if speaking. The background is a dark, solid color.

RONEI SANTOS LÚCIO
Publicitário
Egresso 2013

FALO, PORQUE EXISTO. GRITO, PORQUE É NECESSÁRIO.

Edição: Carla Tôzo e Edilaine Felix

Pensando no ditado “Penso, logo êxito” a Dumela conversou com várias pessoas sobre a triste realidade do racismo no Brasil. Muitos ainda “acham” que ele não existe, que o país é democrático, generoso, mas

não é bem isso que vemos, sentimos e ouvimos. Assim, acreditamos que é preciso gritar aos quatro cantos do mundo que SIM o racismo existe e precisa URGENTEMENTE ser erradicado.



Arquivo Pessoal

“Para mim racismo é quando pessoas brancas se acham superiores às pessoas negras pelo simples fato de serem de outra etnia. Não sei como começou, mas alguém em algum momento da história resolveu que se você nasce branco é, em vários aspectos, melhor do que quem nasce preto ou não branco. Essa concepção social de que existe uma ‘raça’ superior vem prejudicando pessoas negras desde o início da escravidão. As pessoas negras não eram consideradas pessoas nessa época por conta do tom de pele. Na atualidade, mesmo que não exista escravidão propriamente dita, o racismo se manifesta de outras formas: quando a mulher negra é reduzida à sua sexualidade ‘quente’, quando homens negros são o alvo da polícia, quando a cada 23 minutos morre um jovem entre 15 e 29 anos. Nós brasileiros temos a mania de achar que se a gente não falar sobre algo, essa coisa não existe. Por isso, por vários anos não se discutia tanto sobre o racismo quanto agora. Se faz cada vez mais necessário falar sobre o que é o racismo, sobre o que ofende pessoas negras e etc e inclusive é importante que as pessoas negras sejam ouvidas sobre isso, sobre o que as incomodam, se tal frase foi ou não racista.” **Thayná Oliveira, aluna do 6º semestre de Jornalismo do FIAM-FAAM**

“Ao falar de racismo, geralmente vem o ponto mais crucial que é o racismo com a raça negra e isso é histórico e notório em função do sofrimento dessa etnia por milhares de anos. Porém, há racismo em várias etnias. Um exemplo é o encontrado na Espanha com a minha etnia e de toda a minha família. Lá há um racismo por determinadas regiões. Minha mãe é de Granada (Andaluzia) e meu pai galego e o casamento deles foi ‘veladamente’ questionado. A pergunta era: ‘como um galego pode se casar com uma andaluça?’ e lá isso é muito forte, em todas as regiões há racismo, as pessoas negam inclusive pertencerem ao mesmo país. Eu enxergo o humano, independente de sexo, raça ou religião. É necessário educar as pessoas para enxergarem o humano, isso é importantíssimo! Repito: educar porque há grupos que ao abordar esse assunto são agressivos, não aglutinadores. Tenho alunos e colegas negros que dizem se sentirem ultrajados porque colocam as questões raciais de forma muito incisiva e não de forma educadora. Alguns comentam que ao invés de se sentirem iguais à todos, acabam sendo vistos como inferiores por conta de uma abordagem mais energética, por isso, afirmo que é necessário educar para a igualdade.” - **Glória Tenório, professora do curso de Publicidade e Propaganda do FIAM-FAAM**

“O racismo é um sistema de opressão e uma falsa teoria segundo a qual os seres humanos devem ser hierarquizados de acordo com seu pertencimento étnico-racial. Neste sentido, o racismo produz exploração, apropriações e privilégio de um grupo étnico hegemônico em relação a outro, historicamente discriminado e estigmatizado. É importante falar sobre o racismo porque uma das formas de sua reprodução é o tabu gerado em torno dele. Ou seja, o silêncio sobre o racismo o alimenta. Por isso devemos falar sobre racismo, lembrando sempre que ele se trata de um fenômeno relacional, envolvendo, no contexto brasileiro negros e brancos. Isto é dizer que ele deve ser encarado como um problema de toda a sociedade e não uma questão dos negros.” **Daniel Teixeira, diretor de projetos do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT)**



Arquivo Pessoal

“Racismo pra mim é quando a pessoa te ofende pelo seu tom de pele, pela sua cor, pela sua raça, pelo que você é. Eu acho que é importante falar sobre o racismo nos dias de hoje pela propagação de ofensas, principalmente na internet. Então é importante falar, é importante entender o que é pra gente conseguir combater”. **Janaina Santos de Oliveira, estudante do 6º semestre de Jornalismo do FIAM-FAAM**



Arquivo Pessoal

“Racismo é simplesmente diminuir o próximo que é igual a você por um detalhe. Um detalhe físico, só isso. É diminuir o próximo que é igual a você. É importante falar sobre racismo porque as pessoas têm de aprender a conviver com o próximo e aprender que as coisas machucam, as palavras machucam, as ações machucam e ninguém é maior que ninguém.” **Mariane Barbosa, aluna do 8º semestre de Jornalismo do FIAM-FAAM**

“Racismo é quando uma visão de mundo, uma forma de existir, uma cultura é dominante na sociedade e se sobrepõe as outras diversas culturas, se tornando hegemônica. No caso do racismo brasileiro temos a cultura branca trazida pelos europeus durante a colonização como hegemônica e neste contexto tudo que está relacionado ao branco, ao modo de existir europeizado é considerado bom, enquanto tudo que está relacionado ao negro, ao modo de existir africanizado é considerado ruim. Ser branco é o modelo de humanidade, racionalidade e evolução, e ser negro ou indígena é o contrário disso. É assim que o racismo se manifesta. É importante discutir sobre racismo, justamente para confrontá-lo em uma sociedade como a brasileira em que a maioria das pessoas acha que o racismo não existe, mas usa termos extremamente racistas como “denegrir”, “a coisa tá preta!”, “lista negra”, etc. Aí vemos que tudo que está relacionado à ideia de “negro” é considerado ruim. As manifestações afro-brasileiras são consideradas “primitivas”, “exóticas” ou demoníacas, como é o caso do Candomblé. Se não se discutir o racismo, continuaremos em uma sociedade onde 54% da população é negra ou não-branca, mas ainda assim não conhece sua própria cultura e identidade. Um país com problema de identidade, é um país que nunca alcançará a sua potência cultural e política.” **Vinicius Amaral, pesquisador**

“Racismo. No dicionário racismo significa doutrinação hierárquica de uma raça em cima da outra, está associado ao sistema político e até de organização social, mas fica até difícil responder o que é racismo sem passar por isso, por que hoje em dia racismo é qualquer pré-conceito que um ser humano tem sobre o outro, ou até mesmo, qualquer julgamento feito sobre outra raça pode ser considerado racismo. Mas vai muito além disso, porque racismo a partir desse preconceito generalizado torna uma ação digna de luta social contra esse racismo, essa doutrinação hierárquica de etnias, como se fosse uma luta de etnias, colocando uma etnia, uma raça, como maior ou melhor que a outra. Eu acho que pra combater o racismo tem que bater numa tecla que é muito antiga: políticas educacionais preparatórias. A educação e a politização são princípios básicos para o combate do racismo ou de qualquer tipo de preconceito arraigado na sociedade, mas cultura e os fatores geopolíticos e territoriais não podem ser desculpas para ações de preconceito, ações racistas, por isso uma sociedade precisa de ações básica de educação que são provenientes de políticas públicas e também de uma midiatização consciente sobre o assunto para que mais massas saibam o que é e possam combater esse tipo de ação.” **Isadora Camargo, professora de jornalismo do FIAM-FAAM e coordenadora multimídia da EFE Brasil**

Arquivo Pessoal



“Racismo é a pior doença da nossa sociedade atualmente. É uma teoria de supremacia e opressão de uma raça sobre a outra. Nós, como negros, somos as maiores vítimas do racismo na nossa sociedade devido a uma supremacia branca vigente. É importante falar sobre isso para alertar sobre o crime que é o racismo, para conscientizar as pessoas sobre práticas que são discriminatórias e pra que, sobretudo, possamos conseguir curar nossa sociedade desse mal tão perverso”. **Patricia Santos, sócia-fundadora da EmpregueAfro**

“O racismo pra mim é você ser olhado por ter um cabelo que é diferente do que é o padrão, do que acham que é normal, é ser julgada porque você tem uma cor que é bonita e que brilha no sol, e não te deixam entrar em algum lugar ou te olham estranho porque você está sendo você mesmo. O racismo também é quando outras pessoas, mesmo que gostem de você, falam para você mudar, pedem pra alisar o cabelo ou usar uma maquiagem mais clara para que você fique mais apresentável para outras pessoas; às vezes, o racismo está escondido dentro dessas afirmações, desses pedidos e cobranças de que querem te ver bem, mas na verdade eles te impedem de ser quem você realmente é e de se apresentar ao mundo. É importante falar sobre racismo para que as pessoas continuem a viver, para que continuem vivas, continuem a ter trabalho, educação, de qualidade inclusive. É importante falar sobre racismo para que sejam combatidos crimes e tantas outras questões sociais, como a violência contra a mulher. É importante falar sobre o racismo porque não dá para ficar sem falar sobre o racismo, por que ficar sem falar sobre o racismo é esconder uma ferida que existe na sociedade brasileira e que sempre vai existir se não for falado. É importante falar porque eu preciso existir, porque você precisa existir, porque milhares de negros que já estavam aqui antes precisam existir e as futuras gerações precisam continuar existindo.” **Yvana Vaér, estudante do 6º semestre de jornalismo do FIAM-FAAM**



Arquivo Pessoal

Cojira SP: o combate ao racismo no Sindicato dos Jornalistas de São Paulo

*Por Flávio Carrança

Neste país em que a maior parte da população é negra (51%, de acordo com o IBGE), são negros apenas 22,4% dos jornalistas que têm postos formais (87.869), segundo levantamento do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) com dados de 2015. O estudo aponta que em São Paulo esse percentual é ainda menor chegando a 14,9% dos 26.178 jornalistas.

Para tentar reverter esse quadro, o Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, por meio da sua Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial (Cojira SP), promoveu, em outubro de 2017, um seminário que indicou ações concretas para aumentar a equidade racial nas empresas jornalísticas. Entre as proposições aprovadas durante o evento estão: mapear quantos jornalistas negros existem nas redações e assessorias (onde estão, em que cargos, recorte de gênero e regime de contratação); elaboração e inclusão de cláusula de combate a injúria racial no acordo coletivo; e estabelecimento de cotas mínimas de 30% de jornalistas negr(a)os entre os contratados.

A realização dessa atividade é resultado de um processo organizativo desencadeado no interior da categoria em 2001, ano em que, a exemplo de outros sindicatos, federações e centrais que constituíram instâncias de combate ao racismo, nasceu a Cojira SP. O núcleo inicial que realizou esse debate era formado por jornalistas experientes, que tinham em comum a vivência de muitos anos em diversas redações e graus variados de proximidade com o movimento negro. O que não havia era muito

conhecimento acumulado sobre o tema. A pergunta que fazíamos era esta: se o racismo é um problema estrutural da sociedade brasileira que afeta todas as suas instâncias, de que maneira ele se manifesta no mercado de trabalho e na produção cotidiana dos jornalistas?

Reunido no segundo semestre do ano 2000, a partir de uma proposta do jornalista piracicabano Noedi Monteiro, o núcleo inicial que realizou essa discussão foi denominado Comitê Permanente de Jornalistas Negros. No decorrer do primeiro semestre de 2001, abriu-se uma discussão política sobre a pertinência da inclusão da palavra “negros” no nome da comissão. Apesar da resistência de alguns companheiros, a maioria dos participantes daquele quadro de discussões acabou apoiando a ideia de que a permanência daquela denominação poderia se tornar um obstáculo à participação de não negros nas atividades a serem implementadas. Foi como resultado desse consenso que surgiu o nome de Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial, resumido na sigla Cojira. Em julho de 2001 foi publicado no site do sindicato um manifesto, onde estão definidos os objetivos que norteiam até agora o trabalho da comissão:

- Mapear e analisar a situação dos jornalistas negros no Estado de São Paulo;
- Acompanhar com olhar crítico o noticiário relacionado à questão racial;
- Estimular a capacitação dos profissionais que já atuam na imprensa para que tenham uma melhor compreensão da questão racial;



Arquivo Pessoal

- Criar oportunidades para que os jornalistas negros, em especial, e os jornalistas sem recursos financeiros, de maneira geral, tenham acesso aos mecanismos de aperfeiçoamento técnico-profissional;
- Organizar um Banco de Dados sobre a questão racial e a imprensa negra;
- Utilizar o Jornal Unidade e todos os meios de comunicação do Sindicato para divulgar matérias e discutir temas relacionados à questão racial.

**Bacharel em jornalismo e coordenador da Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial do Sindicato dos Jornalistas no Estado de São Paulo (Cojira SP)*

1-Assinam o manifesto Amélia Nascimento, Benedito Egydio dos Santos, Esmeralda Ribeiro, Flávio Carrança, Francisco Soares, Maurício Pestana, Oswaldo de Camargo, Oswaldo Faustino, Paulo Vieira Lima, Ricardo Alexino Ferreira e Ronaldo Junqueira;

20 de Novembro: Celebrar ou Refletir?

Por Márcio Macedo*

Arquivo NEIRA



É chegado o 20 de Novembro, data que remete à morte heroica de Zumbi de Palmares e a queda do quilombo que se tornou referência de luta, resistência e exemplo de atuação para os ativismos negros dos séculos XX e XI e toda a população brasileira, independentemente de sua origem étnico-racial. É bem verdade que a data tem um apelo especial à população negra, contingente da população que ainda sofre de males que remetem à escravidão africana ocorrida nas três partes do contingente americano e ao fenômeno do racismo moderno. Desse modo, é válido retornar a pergunta que dá título ao texto aqui apresentado: “20 de novembro: celebrar ou refletir?”. Ambos, eu diria! Entretanto, para entender a complexidade envolvida na resposta é necessário fazer um

histórico de como o 20 de novembro se tornou a data legítima na qual se celebra e se reflete a respeito da “consciência negra”.

O Brasil, dentre todos os países escravocratas da América foi o último a emancipar os seus escravizados. 13 de maio de 1888 é a data que marca a assinatura da Lei Áurea, marco legal que aboliu a escravidão em terras brasileiras. Ainda vivíamos sob um regime monárquico e a Princesa Isabel foi responsável pelo ato régio que libertou negros e negras do cativeiro. No período pós abolição se elaborou uma imagem de cunho paternalista na relação da monarquia para com a população escravizada. Essa representação trazia a imagem da Princesa Isabel como uma espécie de redentora da população escravizada. Esse fato ocorria por conta do arrefecimento do racismo contra negros no pós-abolição- momento de vigência da República Velha instaurada em 1889 -, a ausência de qualquer tipo de auxílio vindo do Estado à população recém liberta e incorporada como cidadãos e cidadãs brasileiros e, por fim, o apagamento das complexidades e lutas vigentes no movimento abolicionista devido à aproximação de figuras proeminentes do movimento como André Rebouças, José do Patrocínio e Joaquim Nabuco a Monarquia, na tentativa de impedir sua derrocada. Assim sendo, vários elementos que apresentavam a abolição da escravatura como uma dádiva, um presente da Monarquia aos

negros (as) vitimados pela escravidão foram elaborados e disseminados nesse período. A partir dessa perspectiva, torna-se inteligível a celebração que ocorria até meados dos anos 1970 da data do 13 de Maio no Brasil.

As primeiras fases do movimento negro brasileiro pactuavam, de certa forma, com essa representação paternalista na relação da monarquia com os negros, mas lançavam um olhar crítico ao processo de emancipação como um todo. Os movimentos negros no Brasil estão divididos em três fases a partir de algumas organizações político/culturais que se estendem por todo o século XX: a Frente Negra Brasileira nos anos 1930 sediada em São Paulo; o Teatro Experimental do Negro (TEN) nos anos 1940 e 1950 alocado no Rio de Janeiro e, finalmente, o Movimento Negro Unificado (MNU) que teve origem em São Paulo em fins dos anos 1970.

Para a Frente Negra Brasileira, a abolição havia ocorrido de maneira incompleta. A partir dessa constatação, era necessário que ocorresse o que era entendido como “Segunda Abolição” para que negros e negras pudessem, de fato, ter acesso a uma cidadania que garantisse direitos essenciais a uma vida digna e que fosse também protetora contra práticas discriminatórias. Celebra-se, assim, o 13 de Maio. Já o Teatro Experimental do Negro (TEN) se postou como uma fase intermediária do desenvolvimento histórico e teórico do movimento negro. Inovando ao mesclar atividades

políticas com culturais e acadêmicas, o TEN partilhava em parte a necessidade de uma “Segunda Abolição”, mas, diferente da FNB, possuía uma visão mais positiva sobre as manifestações culturais e religiosas negras como o samba e o candomblé. Ambas eram essencialmente integracionistas, ou seja, pensavam a inserção da população negra a sociedade brasileira de classes nascente a partir da incorporação de valores e universos culturais peculiares aos grupos hegemônicos, sem distinção de raça. Mesmo assim denunciavam e eram críticos a discriminação racial que assolava a sociedade brasileira. Outro ponto importante é que nos anos 1940, a noção generalizada de que o Brasil era um país destituído de racismo é sumarizado no conceito de democracia racial, termo que foi melhor sistematizado pelo sociólogo Gilberto Freyre em seu livro clássico Casa Grande & Senzala publicado em 1933. De forma resumida pode-se afirmar que a democracia racial é sintetização de uma imagem de Brasil destituído de racismo e conflitos raciais, um paraíso racial.

Já o Movimento Negro Unificado (MNU) corresponde a uma fase na qual há um rompimento teórico com a ideia de integração e denúncia da democracia racial como uma farsa. Para os ativistas dessa fase do protesto negro, o racismo – aqui entendido como um processo de distribuição de recursos e privilégios baseados na noção de superioridade racial de brancos em relação a negros – é um problema estrutural da sociedade brasileira e não algo ocasional que se resolve via criminalização de práticas individuais isoladas e um processo de reeducação da sociedade. Para o MNU, a maneira como as instituições se organizam e funcionam em nossa sociedade reproduz o racismo sem que muitas vezes nos demos conta disso. Ao mesmo tempo, o MNU parte do pressuposto que negros e negras devem se lançar em um processo de construção identitária absorvendo a história e elementos culturais e religiosos que remetem ao universo negro ou afro-brasileiro e africanos como o samba, a capoeira, o candomblé e a história dos negros no Brasil e no continente africano. Dentro dessa perspectiva, também é realizada uma crítica à narrativa histórica oficial que

não coloca os negros como agentes, ou seja, indivíduos ativos no processo de transformação histórica. É a partir desse momento que a representação de um 13 de Maio a ser comemorado ou celebrado é desconstruído. Assim sendo, as ideias de uma escravidão branda, uma monarquia benevolente e a não existência de racismo apregoadas pela democracia racial são descartadas como falsa consciência, ou seja, falácias, meia-verdades que mascarariam a dominação e exploração presente no racismo. Nesse sentido, é necessário produzir a consciência negra que atente para uma espécie de alienação na qual viveriam tanto negros como brancos.

O poeta e ativista negro gaúcho Oliveira Silveira (1941-2009) foi um dos principais idealizadores do projeto em estabelecer o dia 20 de novembro na data legítima de celebração e reflexão da consciência negra. O dia faz referência à morte de Zumbi, último chefe do Quilombo dos Palmares, ocorrida em 20 de novembro de 1695. O Quilombo dos Palmares foi fundado em 1587 por negros escravizados fugidos na região da Serra da Barriga, atual estado de Alagoas, tornando-se o maior e mais emblemático território negro existente no Brasil no período colonial. Tomado como símbolo de resistência negra e ameaça ao poder colonial, foram necessárias várias expedições militares do governo português para acabar com o quilombo que reunia em sua população não apenas negros, mas indígenas e mesmo brancos. A expedição sobre o comando de Domingos Jorge Velho, um bandeirante paulista, foi a responsável pela destruição de Palmares em 1694. Zumbi foi ferido durante a invasão, mas conseguiu escapar e resistiu a sua captura por quase dois anos. Posteriormente foi traído, cercado e morto em 20 de novembro de 1695. Na época de sua morte, contava com 40 anos tendo nascido livre em Palmares. A incorporação da data do 20 de novembro como celebração e reflexão sobre a consciência negra substitui o caráter passivo que negros e negras tem na representação da abolição como uma dívida da monarquia para com a população escravizada. Sai Princesa Isabel entra Zumbi dos Palmares. Sai o silêncio e benevolência e entra a luta. Luta que ainda se faz necessária quando

vemos as estatísticas que os negros no Brasil estão submetidos. De acordo com dados do IBGE, a população negra no Brasil corresponde a mais de 51% da população brasileira. Apesar de claros avanços e diminuição da desigualdade em todos os níveis da sociedade brasileira, negros e negras ainda são os mais pobres, os mais suscetíveis a sofrerem violência policial, os que têm mais probabilidade de morrer jovem e de forma violenta, mais dificuldade de ingresso no mercado de trabalho e são condenados à invisibilidade nos meios de comunicação e cargos de prestígio em instituições privadas e públicas. O racismo é um problema grave que trava o desenvolvimento pleno do país e nos ceifa da contribuição de talentos que muito nos ajudaria nas mais diversas áreas. O racismo é um problema de todos e todas e não apenas de negros. Assim sendo, a consciência negra deve ser objeto de celebração e reflexão de todos os grupos étnicoraciais que compõem a população brasileira. É necessário celebrar, mas, sobretudo refletir para, finalmente, agir.

**Professor da EAEESP-FGV e Sociology PhD Candidate na The New School for Social Research em Nova York.*

PÓS-GRADUAÇÃO 2018

**NA FMU,
VOCÊ FAZ PÓS
DE QUALIDADE
E GARANTE SEU
FUTURO LONGE
DO “TANTO FAZ”.**

Inscreva-se em:
posgraduacao.fmu.br

(11) 3132-3000

FMU
COMPLEXO EDUCACIONAL

Conheça também nossos
cursos semipresenciais.